

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
BACHARELADO EM GESTÃO PÚBLICA

ANDERSON WESLEI ROSA

MICROCRÉDITO: REDUÇÃO DA POBREZA E RESGATE DA CIDADANIA. A
EXPERIÊNCIA DO BANCO PALMAS/CE

Belo Horizonte

2015

ANDERSON WESLEI ROSA

MICROCRÉDITO: REDUÇÃO DA POBREZA E RESGATE DA CIDADANIA. A
EXPERIÊNCIA DO BANCO PALMAS/CE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública do Curso de Graduação em Gestão Pública do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Prof. Mestre Carlos Roberto Horta

Belo Horizonte

2015

**ANDERSON WESLEI ROSA - MICROCRÉDITO: REDUÇÃO DA POBREZA E
RESGATE DA CIDADANIA. A EXPERIÊNCIA DO BANCO PALMAS/CE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Gestão Pública do Curso de Graduação em Gestão Pública do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Mestre Carlos Roberto Horta

Prof^a. Dr^a. Marlise Miriam de Matos Almeida

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus criador e consumidor de todas as coisas.

Aos meus pais que mesmo tendo tão pouco tempo de escola, dedicaram todo o amor aos filhos para que estes compreendessem a grandeza de caminhar nas veredas da retidão e não desistissem de “combater o bom combate, guardar a carreira e manter a fé”.

Aos meus irmãos, cunhados e sogra que contribuíram na minha caminhada e continuam a me ajudar a seguir em frente.

Aos professores da UFMG que ministraram o Curso de Gestão Pública com dedicação ímpar.

Ao professor Carlos Alberto Horta, meu orientador, a quem deixo registrada a minha grande admiração.

Aos colegas do Curso e em especial aos meus amigos Felipe, Renata e Lídia que fizeram minha caminhada se tornar bem mais leve e agradável na universidade.

Ao Álvaro, companheiro de todas as horas, com quem compartilhei muitas ideias e conversas e hoje é um grande amigo.

A minha noiva Tuanny, a quem dedico esse trabalho, pois têm sido meu baluarte e minha companheira sempre presente nos momentos que tenho precisado.

E, por fim, a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram na criação e desenvolvimento do curso de Gestão Pública na UFMG.

In Memoria: A meu pai Sebastião, exemplo de fé, persistência e perseverança.

“Hay hombres que luchan un día y son buenos. Hay otros que luchan un año y son mejores. Hay quienes luchan muchos años, y son muy buenos. Pero hay los que luchan toda la vida, esos son los imprescindibles.” (Berthold Brecht)

RESUMO

O presente trabalho procurar apresentar o Microcrédito como ferramenta de auxílio no combate à exclusão monetária e social. Grande parte da população não possui acesso à educação e por consequência não tem oportunidades de obter empregos e condição de vidas melhores e dignas. A exclusão social, juntamente com a falta de acesso ao Sistema Financeiro tradicional tem criado uma grande desigualdade na sociedade contemporânea. Os vínculos de trabalho têm sido enfraquecidos e as oportunidades de empregos vêm sendo suprimidas pelo avanço de políticas neoliberais que privam as pessoas do mercado formal de trabalho, deste modo muitas pessoas têm migrado para a informalidade e aumentando a lista de excluídos da sociedade. Este trabalho apresenta o modelo de Microcrédito oferecido pelo Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas, localizado em Fortaleza (CE), a partir da apresentação do crédito popular sob a ótica das microfinanças e finanças solidárias. O método descritivo é realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental e busca apresentar o Microcrédito como ferramenta que pode contribuir para a inclusão do cidadão na sociedade.

Palavras Chave: Banco Comunitário, Finanças Solidárias, Microcrédito; Moeda Social; Renda.

LISTA DE SIGLAS

APL - Arranjos Produtivos Locais

ASMOCONP - Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira

BCD - Banco Comunitário de Desenvolvimento

BACEN - Banco Central do Brasil

BB - Banco do Brasil

BADESC - Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina

BF - Bolsa Família

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNB - Banco do Nordeste do Brasil

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento

CADIM - Cadastro Informativo de Crédito não quitado do Setor Público

CCS - Conselho da Comunidade Solidária

CEF - Caixa Econômica Federal

CF - Constituição Federal

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CMN - Conselho Monetário Nacional

CNES - Conselho Nacional de Economia Solidária

CONAES - Conferência Nacional de Economia Solidária

ES - Economia Solidária

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

FBES - Fórum Brasileiro de Economia Solidária

FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos

FES - Feiras de Economia Solidária

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras

ONG - Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PIB - Produto Interno Bruto

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio

PNMPO - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

SCM - Sociedade de Crédito ao Microempreendedor

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária

SFN - Sistema Financeiro Nacional

SIPS - Sistema de Indicadores de Percepção Social

SPC - Serviço de Proteção ao Crédito

UNICOPAS - União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias

UNO - União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações

LISTA DE FIGURAS, GRÁFICOS, QUADROS E TABELAS.

Figura 1 - O Processo da concessão do crédito

Figura 2 - Prossumidores

Figura 3 - Moeda Palmas

Gráfico 1 - Taxa de Inadimplência no Banco Palmas

Gráfico 2 - Profissão dos entrevistados no Conjunto Palmeiras

Gráfico 3 - Renda Individual dos Entrevistados no Conjunto Palmeiras

Gráfico 4 - Tempo de Conjunto Palmeiras

Gráfico 5 - Frequência que recorre a empréstimo no Banco Palmas

Gráfico 6 - Volume emprestado 2008 a 2012

Gráfico 7 - Perfil do Crédito

Gráfico 8 - Razão para utilizar a Moeda Palmas

Quadro 1 - Linhas de crédito Banco Palmas

Quadro 2 - Sistema de crédito e juros evolutivos (Ano 2008)

Quadro 3 - Sistema de crédito e juros evolutivos (Ano 2012)

Quadro 4 - Vantagens do empréstimo feito no Banco Palmas

Quadro 5 - Desvantagens do empréstimo feito no Banco Palmas

Quadro 6 - O Banco tem ajudado no desenvolvimento do Conjunto Palmeiras?

Quadro 7 - Como a qualidade de vida melhorou?

Tabela 1 - Evolução do Crédito Banco Palmas 2008 a 2012

SUMÁRIO

Introdução	11
1 - Microcrédito Definições e Características	15
1.1 - Comparativo entre finanças tradicionais, microfinanças, finanças solidárias	15
1.2 - Microcrédito no mundo: Breve histórico	16
1.3 - O que é Microcrédito?	19
1.4 - O Microcrédito no Brasil e suas formas de atuação	20
1.4.1 - Organização não Governamental – ONG	21
1.4.2 - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP	22
1.4.3 - Sociedades de Crédito ao Microempreendedor – SCM	23
1.4.4 - Cooperativas de crédito	24
2 - O Papel do Microcrédito no Desenvolvimento Econômico e Social	25
2.1 - Emprego, renda e inclusão social	25
2.2 - A Importância do crédito popular em comunidades de baixa renda	28
2.3 - Externalidades positivas	30
2.4 - Externalidades negativas	32
2.5 - Bancos comunitários e a sua importância para o desenvolvimento local	33
3 - O Banco Comunitário De Desenvolvimento Palmas	37
3.1 - A constituição do Banco Palmas	37
3.2 - A metodologia e a concessão do crédito no Banco Palmas	37
3.3 - A inadimplência do Microcrédito no Banco Palmas	42
3.4 - Perfil econômico dos clientes do Conjunto Palmeiras	43
3.5 - A Moeda Social Circulante Local	45
3.6 - Os ganhos conquistados pela sua implementação	46
Considerações finais	56
Referências Bibliográficas	59

Introdução

O embate entre capital e trabalho é tema constante de estudos, as contínuas alternâncias na lógica de acumulação de capital estão prejudicando profundamente o mundo do trabalho no cenário contemporâneo (Lukacs, 1976, Arendt, 1987, Forrester, 1987, Bertero, 1994). O intuito do capital é produzir cada vez mais, mesmo que isto implique na redução da utilização da mão de obra. Em sociedades modernas, as leis privilegiam poucos em detrimento da vontade popular, ou seja, são excludentes e precarizam sobremaneira as relações e condições dos trabalhadores.

O mundo do trabalho tem sofrido profundas transformações nas últimas décadas, tais como: mudanças na estrutura ocupacional; mudanças na natureza e hierarquia das funções, aumento do desemprego, inovações tecnológicas e organizacionais no processo de trabalho, além da influência de políticas neoliberais. Outro ponto é a perda da centralidade do mercado de trabalho, tema debatido por muitos, como por exemplo, o Professor Paulo Nakatani (2001), Claus Offe (1989) e Karl Marx (1970), uma vez que no seu aspecto mais nefasto ela seria uma contra ofensiva do capital no sentido de abolir as conquistas que a classe trabalhadora obteve durante o pós-guerra.

A escritora e romancista Viviane Forrester traça um diagnóstico contundente a respeito da desestruturação do valor do trabalho na sociedade ao apontar, no seu livro “O Horror Econômico (1997)” as mazelas surgidas através da busca incessante do lucro. Este é o modelo maior protagonizado pela globalização neoliberal, por ele são sacrificados a liberdade, a independência e as vidas de homens e mulheres, postos todos os dias do lado de fora do mercado. O modelo que tem de um lado o empregador e de outro o empregado é perverso e não deveria condizer com a realidade social vivida. Esta lógica prima por se esquecer da essência do homem ao transformar todos em mera mão de obra. É a lógica do mercado pelo mercado. A conclusão de Forrester (1997) é que o desempregado não é mais um mero objeto de marginalização ocasional, mas sim fruto de uma lógica global que anula o trabalho e o emprego em benefício de pequenos estratos da sociedade em busca do lucro fácil e em menor tempo possível.

O neoliberalismo para McChesney¹ (Apud Chomsky, 2002, pág.3) seria o modelo econômico e político definidor do rumo mundial, ele seria capaz de permitir a um número expressivamente pequeno de interesses privados controlarem grande parte da vida social, com propósitos de benefícios individuais. O modelo neoliberal, de maneira aparente, indica que

¹ O lucro ou as Pessoas – Noam Chomsky: Bertrand Brasil Editora, 2002. (Pág. 3)

qualquer ação por parte do Estado e grandes corporações que contraponha o domínio da sociedade é visto como “suspeito”, porque estaria prejudicando o funcionamento do “livre mercado”. Conforme Mchesney os defensores neoliberalistas retratam esta situação como se fosse uma prestação de serviço fantástica aos pobres quando aprovam políticas em benefício de uma minoria privilegiada.

A coleta dos frutos deste tipo de política é a mesma em muitos países: um crescimento assustador das desigualdades econômicas e sociais e aumento do número de pessoas abaixo da linha de pobreza, ou seja, é o resultado infausto do neoliberalismo em contrapartida ao enriquecimento ainda maior de países ricos. A perda da centralidade e o enfraquecimento dos vínculos do trabalho tendem a aumentar o desemprego e fazem com que estas pessoas migrem para a informalidade aumentando ainda mais o rol de trabalhadores que estão excluídos do vínculo formal.

Neste cenário das lutas de classes superadas pelo capitalismo surgem homens de grande visão e civismo como o professor de Economia, Muhammad Yunnus, fundador do Banco Grameen Bank no ano de 1978 em Bangladesh. Yunnus, em 1976, observando aldeões da sua cidade, notou que eles utilizavam agiotas para obter empréstimos com juros abusivos e empreender nas suas atividades laborais, eles sempre arcavam com suas obrigações e compromissos pagando em dia. O professor, a princípio, não tinha intenção de emprestar dinheiro, entretanto, a situação do país era tão caótica que ele começou a oferecer pequenos montantes aos moradores carentes com juros baixos e condições atrativas, assim aos poucos as pessoas melhoravam sua situação de pobreza extrema e, conseqüentemente, a autoestima. A experiência do professor Yunnus deu tão certo que ele revolucionou o Microcrédito e hoje seu modelo é o mais conhecido e difundido nos mais diversos países do mundo.

De acordo com Matosso (2000, apud Ribeiro et al², 2008), no Brasil, principalmente no início dos anos 1990, as mudanças na conjuntura política estabeleceram um cenário nefasto no país e muitos trabalhadores perderam também seus empregos. E sem opção de volta a formalidade precisaram encontrar outros meios de sustentar suas famílias. Esse conjunto de acontecimentos acelerou a formação de pequenos empreendimentos formais e de economia solidária na economia brasileira e foram responsáveis pela criação de emprego e renda, além de contribuir para o crescimento econômico e atuar na redução da pobreza.

² A Importância Do Microcrédito Para O Desenvolvimento Econômico E Social: O Caso Do Crediamigo No Município De Juazeiro-BA. Disponível em http://www.brasilcooperativo.coop.br/downloads/Gecom/ebpc/II_EBPC_Avila_Ribeiro.pdf

A economia solidária emergiu na América Latina em meados dos anos 80 e ganhou força na década de 1990 como uma convergência de três tendências sociais. Primeiro, a exclusão econômica vivenciada pelos segmentos crescentes da sociedade, gerada pelo agravamento da dívida e pelas políticas de ajustamento estrutural que forçaram muitas comunidades a desenvolver e fortalecer formas criativas, autônomas e localmente enraizadas de satisfazer as suas necessidades essenciais. Segundo, um crescente descontentamento com a economia de mercado prevalecente introduziu novas formas de subsistência e prestação de serviços, caracterizados pela cooperação, autonomia e autogestão participativa. A terceira tendência trabalhou para conectar as duas bases em ascensão da economia solidária para obter um maior meio socioeconômico, identificando projetos econômicos baseados na comunidade como elementos chave de uma organização alternativa social (MILLER, 2005, apud SOUZA, 2011).

A lógica da economia solidária é a procura da satisfação das necessidades e não apenas o acumular de lucros.” (FRANÇA, 2003, apud SOUZA, 2011). Para Singer (2002), a Economia Solidária busca reverter a lógica do capitalismo em que a quantidade de pessoas que tem acesso à riqueza material é cada vez mais reduzida, enquanto aumenta, de forma rápida, a quantidade de pessoas que só consegue compartilhar a pobreza e a falta de esperança, precisando de benefícios públicos para atender às suas necessidades mais básicas.

O professor e economista, Muhammad Yunus (2006), diz que “o dinheiro na mão de muitos gera o caos, enquanto pouco dinheiro nas mãos de muitos gera resultados impressionantes em termos de progresso econômico e social”. Numa visão estritamente econômica, para quem não tem quase nada, um pouco de dinheiro faz uma imensa diferença em termos de saúde, de condições de estudo das crianças e melhores condições de produção³.

No mundo capitalista o crédito só está disponível para pequenos estratos da sociedade. Grande parte dos cidadãos que se situa no limiar da pobreza e estão com o nome “sujo na praça”. Provavelmente não terão acesso a qualquer tipo de empréstimo, dificilmente conseguirão desvincular-se das amarras da miséria e serão eternamente dependentes de políticas pontuais de combate à pobreza, como, por exemplo, o Programa Bolsa Família, pois não têm escolaridade e empregos que os tirem desta situação.

O objetivo do presente trabalho é organizar uma revisão bibliográfica a respeito do Microcrédito concedido no Banco Palmas, sob a ótica de autores como Marcelo Neri (2008), Muhammad Yunnus (2006), Jeová Torres Silva Júnior (2008), Sandra Magalhães e João Joaquim

³ Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando / Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP e Instituto Palmas – São Paulo: A9 Editora, 2013. (Pág. 25)

de Melo Neto Segundo (2008), situando o Microcrédito como um instrumento de auxílio no combate à pobreza, além de refletir sobre a importância do Banco Palmas, cuja meta é fomentar o Microcrédito e oferecer alternativas aos excluídos do mercado tradicional. O intuito é mostrar o Microcrédito como uma ferramenta que ajuda a reduzir os patamares de pobreza, promovendo a inclusão social e a melhoria das condições de vida dos moradores, tendo em vista a valorização do trabalho dos habitantes locais por meio dos seus talentos e dons.

Este círculo virtuoso cria um novo paradigma em termos de capital social e o legitima ao empoderar os associados do Conjunto Palmeiras. Certamente se desenvolve na comunidade um maior senso crítico do papel do cidadão na sociedade e, por fim, possibilita às pessoas usufruírem de uma vida com mais dignidade e sentido.

O respectivo estudo, conta no primeiro capítulo com a introdução do trabalho, o segundo foi feita uma apresentação do conceito principal e aspectos do Microcrédito, bem como as suas formas de atuação no Brasil. O terceiro capítulo apresenta a constituição, experiência do Microcrédito e metodologia do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas juntamente com os ganhos sociais conquistados pela sua implementação. Por último temos as considerações finais sobre o tema estudado e explanado.

1 – Microcrédito: Definições e Características

1.1 - Comparativo entre finanças tradicionais, microfinanças, finanças solidárias.

Antes da exposição dos pontos que corroborarão com esse trabalho é preciso apresentar uma distinção entre finanças tradicionais, microfinanças e finanças solidárias. A noção de finanças tradicionais, de modo geral, vincula-se a perspectiva monetária e inclui circulação de moeda, prestação de serviços bancários, crédito e investimentos. Conforme Coelho (2003) finanças seria a ciência que trata da utilização do dinheiro (custo, rendimento, captação, controle, proteção), excluindo os atores o processo de intermediação e seus objetivos. De maneira geral as finanças tradicionais são regulamentadas pelo BACEN.

O termo Microfinanças refere-se a um conjunto de serviços financeiros diversos, que incluem Microcrédito, micropoupanças, microsseguros, crédito imobiliário, remessas de imigrantes, aberturas de postos bancários no comércio tradicional, etc. (NERI et al., 2008). Ainda para Coelho (2003) e Neri et al. (2008), Microfinanças seriam a oferta de serviços financeiros para a população de baixa renda e/ou excluídas do sistema bancário tradicional, buscando servir pessoas que as instituições financeiras formais não consideram valer a pena atender e tendo como focos principais microempreendimentos ou nanonegócios. Neri define microempreendimentos como atividades econômicas independentes que envolvam um volume reduzido de recursos, o que compreende desde um vendedor ambulante até uma lojinha com poucos empregados, por exemplo, (NERI et al. 2008, pág.30).

No princípio, as microfinanças eram exclusividade das ONGS e de alguns bancos como Gramenn Bank, em Bangladesh ou Banco Rayat, na Indonésia. Hoje, outras formas de organizações e entidade financeiras têm a disposição linhas de Microcrédito, entre elas pode-se citar as OSCIPS, Cooperativas de Crédito de Pequeno Porte, as SCMs, Sociedade de Crédito ao Microempreendedor, os bancos comerciais públicos e privados e fundos institucionais (ALVES E SOARES, 2004).

“As Finanças Solidárias constituem-se em um esforço de setores sociais normalmente atentos à problemática dos padrões de desenvolvimento que tem por objetivo viabilizar a utilização de recursos econômicos, por meio de instrumentos financeiros, de forma a incidir na redução da pobreza no mundo, favorecendo concomitantemente a perspectiva do desenvolvimento ambientalmente sustentável, ao mesmo tempo em que pretende viabilizar meios de emancipação social das comunidades envolvidas nos projetos financiados. Neste sentido, tem como

referência o movimento maior da economia solidária, em que insere-se ao mesmo tempo, enquanto partícipe e enquanto fator de impulso”⁴.

Finanças solidárias são descritas como aquelas que intermediam o acesso aos serviços e recursos do sistema financeiro de maneira democrática, ética e solidária e o seu propósito é priorizar os excluídos do sistema bancário com vistas ao fortalecimento do trabalho social contribuindo para um desenvolvimento humano e sustentável.

Segundo Borinelli et al. (2010) definem-se finanças solidárias como:

Sistema socioeconômico aberto, amparado nos valores da cooperação e da solidariedade no intuito de atender às necessidades e desejos materiais e de convivência, mediante mecanismos de democracia participativa e de autogestão, visando à emancipação e o bem-estar individual, comunitário, social e ambiental.

Coelho (2003) acrescenta que tais instrumentos devem responder às necessidades básicas de cada comunidade, fortalecendo o trabalho social acumulado em cada território⁵.

1.2 - Microcrédito no mundo: Breve histórico

A primeira manifestação de Microcrédito da qual se tem notícia ocorreu no sul da Alemanha em 1846. Denominada Associação do Pão, ela foi criada por um pastor (Raiffeinsen) que, após um rigoroso inverno, deixou os fazendeiros locais endividados e

na dependência de agiotas. O pastor cedeu-lhes farinha de trigo para que, com a fabricação e comercialização do pão, pudessem obter capital de giro. Com o passar do tempo, a associação cresceu e transformou-se numa cooperativa de crédito para a população pobre. Em 1900, um jornalista da Assembleia Legislativa de Quebec criou as Caisses Populaires que, com ajuda de 12 amigos, reuniu o montante inicial de 26 dólares canadenses para emprestar aos mais pobres. Atualmente, estão associados às Caisses Populares cinco milhões de pessoas, em 1,329 mil agências⁶.

⁴ Cartilha dos Fundos Solidários – disponível em http://www.camp.org.br/pdf/040912cartilha_fundos_solidarios_web.pdf

⁵ “[...] Pensar o território significa identificar as formas distintas de organização econômica, de relações próprias entre sistemas urbanos e agrários, as imposições em termos de mobilidade de trabalho, a história do lugar, sua cultura. Ou seja, significa pensar a sua construção social.” COELHO (2003, p.163)

⁶ <http://microcredito.wordpress.com/origem-do-microcredito/>

Nos Estados Unidos, em 1953, Walter Krump, presidente de uma metalúrgica de Chicago, criou os “Fundos de Ajuda” nos departamentos das fábricas, onde cada operário participante depositava mensalmente US\$ 1,00, destinados a atender aos associados necessitados. Posteriormente, os Fundos de Ajuda foram consolidados e transformados no que foi denominado Liga de Crédito. Após esta iniciativa, outras se sucederam, existindo, atualmente, a Federação das Ligas de Crédito, operadas nacionalmente e em outros países⁷.

As manifestações de Microcrédito têm ocorrido em muitos países, porém, o grande marco que desenvolveu, difundiu e serviu de modelo para popularizar o Microcrédito foi a experiência iniciada em 1976, em Bangladesh, pelo professor Muhammad Yunus. Observando que os pequenos empreendedores das aldeias próximas à universidade onde lecionava eram reféns dos agiotas, pagando juros extorsivos e, mesmo assim, honravam os compromissos, o professor Yunus começou a emprestar a essas pessoas pequenas quantias com recursos pessoais.

Nos anos que antecederam a criação do Grameen Bank, entre 1974 a 1976, Yunus começou por colocar em marcha o projeto agrícola experimental, mas, cedo, ele se apercebeu da utopia dessa solução e virou-se para os mais pobres dos pobres. Com seu próprio dinheiro e a ajuda de seus alunos, o professor Yunus iniciou um trabalho de concessão de empréstimos a uma parcela daquela população pobre, concedendo US\$27,00 por grupo de pessoas⁸.

A ação prosperou tanto que deu origem, em 1978, ao Grameen Bank que hoje em dia empresta um total de 2,4 bilhões de dólares em Microcréditos para cerca de 2,3 milhões de empreendedores de pequeno porte que tem ampliando as oportunidades de realização de seus negócios. Os princípios, a filosofia da atuação e as estratégias para garantir o retorno dos valores emprestados foram aprimorados na prática durante longos anos de gestação e atuação do Grameen Bank. Com adaptações locais, este modelo foi adotado em diversos países, inclusive no Brasil⁹.

O Brasil experimentou cedo o Microcrédito. Datam da década de 70 registros da atuação do Programa Uno, uma organização não governamental (ONG) com suporte de entidades internacionais, instalada no Nordeste brasileiro e dedicada ao Microcrédito. As primeiras décadas foram dominadas pela atuação das organizações não governamentais, às

⁷ <http://microcredito.wordpress.com/origem-do-microcredito/>

⁸ idem

⁹ idem

quais seguiram-se iniciativas públicas, exclusivas ou em parcerias com ONGs. No fim da década de 1990, houve alterações no marco regulatório deste setor, o que fez surgir as figuras das organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP) e das sociedades de crédito ao microempreendedor (SCM), estas sob regulação e supervisão do Banco Central. Nos últimos anos, os bancos comerciais despertaram para o potencial promissor deste segmento, registrando as primeiras incursões.

A despeito do movimento da autoridade regulatória e das iniciativas de alguns bancos comerciais, persiste uma gigantesca demanda não atendida, donde conclui-se que há muitos espaços para novas organizações investirem no setor. Neste sentido, Alves e Soares (2003) descrevem:

Estima-se que existam, no Brasil, quase 14 milhões (a maior parte dos números do mercado brasileiro aqui apresentados foi extraída de pesquisa feita pela OIT) de pequenas unidades produtivas, potenciais demandantes de Microcrédito, a grande maioria delas formada por trabalhadores por conta própria, dos quais deduz-se haver algo como seis milhões de potenciais clientes exercendo demanda efetiva no montante aproximado de 11 bilhões de Reais(...) Do lado da oferta, excluídas as cooperativas de crédito e a rede de correspondentes bancários (...) existem 121 instituições atendendo a um total de 158.654 clientes ativos, que respondem a apenas 1% dessa demanda (aproximadamente R\$ 150 milhões).

O Banco do Nordeste implementou o programa CrediAmigo em 1989, o seu objetivo precípuo é oferecer crédito aos pequenos empreendedores de baixa renda da região Nordeste, norte de Minas e Espírito Santo. O programa trabalha com a metodologia de Grupos Solidários e, concomitantemente à concessão do crédito, oferece capacitação gerencial para os tomadores. Toda a operacionalização do programa, incluindo os Assessores de Crédito, é realizada de forma autônoma das atividades do Banco¹⁰.

No fim da década de 1990 uma série de instituições e programas de Microcrédito vinculados aos governos estaduais emergiram, entre eles: Banco do Povo (em Santo André), Banco Popular de Ipatinga, Banco do Povo de Belém, Acredita (em São Paulo), Banco do Povo Paulista e Banco do Povo de Uberaba em 1998; e no ano seguinte, surgiram o Banco do Povo de Goiás e o Banco do Povo de Mato Grosso do Sul, Sindicred (no Rio de Janeiro), ICC Conquista Solidária (na Bahia), Banco Povo Itabira, ICC Itabuna Solidária e Banpopo (Banco Popular de João Monlevade) (MONZONI, 2006, pág. 56).

Em 1997, na cidade de Fortaleza/CE a associação de moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCOMP) se organizou e fundou o que é atualmente uma das instituições

¹⁰ Cartilha do micro crédito– disponível em <http://www.bcb.gov.br/htms/public/microcredito/microcredito.pdf>

mais importantes do bairro: o Banco Palmas, que conforme Joaquim de Melo Neto Segundo (2003), um dos fundadores, é uma prática de Socioeconomia Solidária. Ao longo do seu desenvolvimento o Banco Palmas passou a ter o reconhecimento de organizações governamentais e não governamentais, em virtude da eficácia de seu combate à exclusão social.

No ano de 2003, o Banco Palmas cria o Instituto Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária, cujo escopo é a difusão das metodologias e tecnologias sociais realizadas no Banco Palmas. A partir do Instituto Palmas e sua metodologia, muitos bancos comunitários foram implantados no Brasil, todavia Silva Júnior (2008) pontua que ainda há carência de mais dados para validação de que a metodologia empregada neste empreendimento seja perfeitamente exequível e replicável.

1.3 - O que é Microcrédito?

Pode-se dizer que Microcrédito seria uma linha de crédito de baixo valor concedido a pessoas de baixa renda, com renda formal ou informal e excluídas do setor bancário tradicional. Os juros dos empréstimos devem ser concedidos a uma taxa adequada a realidade e suficiente para cobrir os custos, recuperar o investimento inicial e alimentar um fundo relativo que deverá crescer junto com o número de usuários.

Segundo Santos e Ferreira et al. (2009) O Microcrédito é caracterizado por possuir alto custo operacional, devido à elevada quantidade de empréstimos de pequena monta, o que exige frequência de transações para que o Microcrédito torne-se viável do ponto de vista financeiro.

Para Barone (2002, apud Monzoni, 2006) é um sistema cumulativo, pois ao realizar o primeiro empréstimo e pagar, ele estará habilitado a obter empréstimos cada vez maiores. Segundo Costa e Silva (2010) este tipo de empréstimo é garantido por valores não materiais, baseado na confiança de relações sociais e laços de proximidade física, na identificação de valores comuns, logo, vale-se da pressão social intracomunidade para fazer com que os tomadores de crédito se sintam impelidos a aplicar os recursos obtidos na destinação a que se comprometeram na hora de obter o crédito e de pagá-los da forma acertada¹¹.

Não se deve confundir Microcrédito com crédito popular. No Brasil, conforme Monzoni (2006), os bancos de grande porte, principalmente o Banco Popular, do Banco do

¹¹ Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando / Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP e Instituto Palmas – São Paulo: A9 Editora, 2013. (Pág. 51)

Brasil, têm créditos de pequenos valores voltados teoricamente à população de baixa renda. Ele acrescenta que esses produtos não atendem aos seus propósitos iniciais e, em geral, os empréstimos são usados para o consumo ou pagamento de dívidas. Ademais, os valores disponíveis passam da casa do bilhão de reais e não podem ser comparados com o programa de Microcrédito, tanto em público alvo como em volume de recursos.

No campo da economia solidária, Fontes et al. (2003, pág. 14) descreve que:

O debate do Microcrédito no interior da economia solidária tem ampliado a noção de microfinanças no sentido de uma visão mais socio-territorial de finanças solidárias, que se constituem em formas de democratização do sistema financeiro ao procurar adequar produtos financeiros às necessidades básicas da população e ao fortalecimento do trabalho social acumulado em cada território, priorizando os excluídos do sistema bancário tradicional, constituindo-se, assim, num elo de integração e sustentação de uma relação mais duradoura entre economia e sociedade, construída sob a égide da ética e da solidariedade, criando condições para um desenvolvimento humano que necessariamente será integrado e sustentável.

De maneira sintética os pilares do Microcrédito são:

Rapidez e simplicidade na concessão do crédito;
 Monitoramento do tomador de crédito e de sua atividade por um profissional especializado - o agente de crédito;
 Necessidade de chegar até o tomador do crédito, “na ponta do sistema”;
 Flexibilidade quanto à prestação de garantias para o crédito tomado, adotando-se alternativas como o aval solidário.

1.4 - O Microcrédito no Brasil e suas formas de atuação.

Como apresentando anteriormente, no início deste capítulo, em sua fase inicial as microfinanças eram territórios exclusivos das Organizações Não Governamentais e de alguns Bancos como o Rayat (Indonésia), Gramenn (Bangladesh), Banco Sol (Bolívia), Caja Social (Colômbia), entre outros. Importante é ressaltar a iniciativa pioneira que ousou romper a ortodoxia reinante nos anos 70, na qual os empréstimos eram destinados apenas a um grupo seletivo de tomadores, deixando de lado a grande maioria dos pobres, geralmente excluídos do financiamento formal. Neri et al.(2008) mencionam que o modelo proposto fez importantes contribuições metodológicas no campo das microfinanças. Para Alves e Soares (2004, pág. 7), esta nova tecnologia, baseada em pequenos empréstimos sem garantias, taxas de juros de mercado, negócios de curto prazo e uso do agente de crédito para ir ao cliente, representariam, de fato, um nicho de mercado bastante rentável para os serviços bancários, entretanto, estes criariam benefícios para a sociedade.

As disposições da Lei 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, da Medida Provisória 2.172-32, de 23 de agosto de 2001, e os aprimoramentos introduzidos pela Resolução 2.874, de 26 de julho de 2001, permitiram duas modalidades de atuação de Microcrédito no Brasil, com e sem fins lucrativos:

a) Sem fins de lucro:

Pessoas jurídicas de direito privado (ONGs), sujeitas a restrições quanto aos juros praticados (máximo de 12% a.a.); fundos municipais (bancos do povo), administrados por autarquias, departamentos ou outras formas previstas em lei, também sujeitas a restrições quanto aos juros (máximo de 12% a.a.); organizações da sociedade civil de interesse público de que trata a Lei 9.790, de 23 de março de 1999, devidamente registradas no Ministério da Justiça, não sujeitas a restrições quanto a estipulações usuárias (taxas de juros livres); (ALVES E SOARES, 2004, pág. 35)

b) Com objetivo de lucro:

SCM autorizada pelo Banco Central, controlada por qualquer pessoa física ou jurídica, inclusive instituição financeira privada e Oscip; diretamente, por intermédio de qualquer instituição financeira que trabalhe com oferta de crédito junto ao público, inclusive sob a forma de departamento ou de carteira especializada. (ALVES E SOARES, 2004, pág. 35)

No Brasil, o Microcrédito é concedido por meio de ações do poder público, da sociedade civil e da iniciativa privada (BARONE, 2002, pág. 11). O poder público pode participar indiretamente fomentando entidades especializadas como, por exemplo, o BNDES ou indiretamente por intermédio de banco público como é o caso do programa Crediamigo, do Banco do Nordeste. Em um período mais recente, outras entidades têm atuado de forma indireta no oferecimento de recursos e serviços de apoio ao Microcrédito, merece destaque o SEBRAE, a Caixa Econômica Federal e a Agência de Fomento de Santa Catarina (Badesc) (ALVES E SOARES, 2004).

1.4.1 - Organização não Governamental - ONG

Fink (2011, apud Montenegro, 1994, pág.11) define ONG com um tipo particular de organização que não depende, nem econômica, nem institucionalmente do Estado, que se dedica a tarefas de promoção social, educação, comunicação e investigação/experimentação, sem fins de lucro, cujo objetivo final é a melhoria da qualidade de vida dos setores mais oprimidos.

De acordo com Tachizawa (2003) uma forma de pensar o significado da expressão ONG é considerá-la enquanto categoria construída socialmente, sendo formada por um conjunto de organizações com características próprias, reconhecidas por seus agentes, pelo senso comum ou pela opinião pública.

Monzoni (2006) diz que a participação de ONGs em iniciativas de microfinanças é uma prática comum existente há décadas, até porque bancos comerciais não atendem e não se interessam em atender as camadas mais pobres da sociedade. Deste modo, a maior parte da prestação deste tipo de serviço vem das ONGS, devido o seu caráter filantrópico e sua missão é auxiliar o Estado na consecução de seus objetivos provocando mudanças, por meio de recursos financeiros e materiais obtidos em doações, contribuições e serviços prestados a uma dada comunidade.

1.4.2 - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP

OSCIP é uma organização de direito privado sem fins lucrativos, reconhecida pelo Ministério da Justiça e controladas pelos seus membros que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Na explicação de Fontes e Coelho (2003 pág. 30) temos:

OSCIPs – ONGs com um título de “Organizações Sociais de Interesse Público”, concedido pelo governo federal, registradas no Ministério da Justiça, sendo instituições sem fins lucrativos, isentas do controle do Banco Central.

O mais importante marco jurídico para as OSCIPS foi estabelecido em 1999, a partir da Lei nº 9.790 (Lei do Terceiro Setor), uma vez que se permitiu a prática de financiamentos em condições de mercado, sem terem de submeter à Lei da Usura¹², diferentemente das ONGs. A lei, em boa medida permite estimular o crescimento do Terceiro Setor¹³, além de estabelecer o fortalecimento da Sociedade Civil e seu maior investimento no capital social.

Soma-se à definição de Fontes e Coelho, a definição de Fink (2011), onde OSCIPs são ONGs criadas por iniciativa privada, mas que obtêm do poder público federal um certificado ao comprovar a observância dos requisitos oriundos das normas de transparência administrativa. Esta particularidade permite celebrar com o poder público os chamados Termos de Parceria permitindo uma maior agilidade na prestação de contas,

¹² Medida Provisória nº 2.172-32, que exclui as OSCIP de vinculação à Lei da Usura, o que permite a pratica de taxas de juro de acordo com as suas necessidades e condições de mercado.

¹³ O terceiro setor constitui-se na esfera de atuação pública não-estatal, formado a partir de iniciativas privadas, voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido do bem comum. Nesta definição, agregam-se, estatística e conceitualmente, um conjunto altamente diversificado de instituições, no qual incluem-se organizações não governamentais, fundações e institutos empresariais, associações comunitárias, entidades assistenciais e filantrópicas, assim como várias outras instituições sem fins lucrativos. (Relato Setorial Nº 3. Terceiro Setor e Desenvolvimento Social. AS/GESET – Gerência de Estudos Setoriais. 2001. BNDES. Disponível em <http://www.bndes.gov.br>).

bem como atuar na promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; e a experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio-educativos e de sistemas alternativos de produção.

Ainda de acordo com Barone et al. (2002, pág. 8), a Lei 9.790/99 incluiu ainda o Microcrédito como uma das finalidades das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. Destarte, a inclusão da regulamentação da atividade de Microcrédito é, de acordo com Carneiro (2007), fruto da pressão exercida por organizações sociais interessada na promulgação da lei 9.790/99.

Fontes e Coelho (2003) analisam também que a criação do Título de OSCIP não impediu as ONGs de Microcrédito operar, visto que a conversão de ONG para OSCIP não foi tornada obrigatória. Segundo os autores, o intuito desta era desencorajar a permanência no setor das ONGS, até porque estas não eram reguladas por nenhum órgão federal.

1.4.3 - Sociedades de Crédito ao Microempreendedor - SCM

SCM é uma sociedade de Crédito ao Microempreendedor criada a partir da lei Federal 10.194, de 14 de fevereiro de 2001. É constituída por uma pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos, podendo ser de responsabilidade limitada, Ltda., ou uma companhia fechada, S/A.

De acordo com Alves e Soares (2004, pág. 31), as SCM foram regulamentadas, a princípio pelo Conselho Monetário Nacional, conforme a Resolução 2.627/99, que estabeleceu regras sobre a natureza, constituição, capital mínimo, proibições, etc. No ano de 2001, essa resolução foi revogada e aperfeiçoada pela Resolução 2.874. Segundo Ribeiro (2009), o objeto social definido para este tipo de entidade é a prestação de serviços financeiros a pessoas físicas e jurídicas classificadas como microempresas que viabilizam empreendimentos de natureza profissional, comercial ou industrial de pequeno porte. Sua administração esta sujeita à supervisão do BACEN e são impedidas de captar recursos junto ao público.

Em resumo a revista SEBRAE de junho de 2005 aponta que a maior distinção e ponto pacífico entre ONG, OSCIP e SCM é que as duas primeiras são instituições que operam o Microcrédito de modo não lucrativo, enquanto a terceira se pauta firmemente no lucro. (SEBRAE, 2005, pág. 1).

1.4.4 - Cooperativas de crédito

Cooperativas de crédito são instituições financeiras criadas sob a forma de sociedade cooperativa que podem também funcionar em pequena escala, dentro de empresas. Elas possuem natureza jurídica própria, não objetivam o lucro e não estão sujeitas à falência. O seu funcionamento é regido pelo Estatuto Social e, de acordo com Tupper (2005, apud Sandroni, 1999, pág. 190), elas oferecem a prestação de serviços financeiros aos associados e proporcionam empréstimos a baixo custo entre si, ocasionando a eliminação de intermediários.

Parente (2002) declara que:

As cooperativas de crédito possuem como fator de sucesso o fato de aplicarem seus recursos, recebidos em forma de depósitos, na economia local. Por outro lado, ela tem como fator limitador seu próprio crescimento, que pode distanciá-la de seus associados, enfraquecendo a gestão democrática no que tange ao processo de tomada de decisões.

A regulamentação das cooperativas está amparada pela Lei 5.764, promulgada em 1971. Em 29/06/2014 o senado votou o Projeto de Lei do Senado (PLS) 3/2007, que altera a lei 5.764/71 – Lei Geral do Cooperativismo e aprova a criação do Certificado de Crédito Cooperativo, cuja intenção é fomentar a capitalização das cooperativas e a definição de um modelo de recuperação judicial especial (moratória) e adequado à realidade das sociedades cooperativas. A lei prevê ainda a possibilidade de registro das cooperativas em duas entidades de representação: a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e União Nacional das Organizações Cooperativistas Solidárias (Unicopas).

2 - O Papel do Microcrédito do Desenvolvimento Econômico e Social

2.1 – Emprego, Renda e Inclusão Social

O exercício da cidadania e a inclusão social, segundo Rodrigues (2005), podem acontecer em determinados espaços, seja na área urbana ou rural, e são nestes locais que as pessoas se relacionam, estudam, trabalham e consomem, estabelecem seu lócus social e exercitam a sua cultura. Nesse aspecto, Rodrigues afirma que é no município que começa a convivência social, econômica e política das pessoas. Para os cidadãos terem maior acesso à inclusão social e a uma vida melhor é preciso que governos locais se dediquem, cada vez mais, em criar políticas públicas inclusivas e com o foco voltado aos interesses dos mais pobres.

Embora as ações dos governos municipais sejam o marco inicial para o enfrentamento dos problemas sociais, elas não podem ser isoladas do restante do Estado e do país. No Brasil, grande parte dos municípios sofre com as limitações de recursos, como também dispensam esforços constantes para aumentar sua arrecadação e reduzir os gastos.

Entre os anos de 1989 a 2001, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)¹⁴ divulgou que a receita tributária no país demonstrava que os municípios ficavam com 15,7%, aos estados competiam 26,1% e a União com 58,2% da arrecadação, assim, a parcela maior, o dobro destinado aos estados e quase quatro vezes a arrecadação dos municípios ficava sob o poder do governo federal. Dessa forma, o governo federal é o principal promotor e concentrador das políticas públicas de desenvolvimento social.

O impedimento dos municípios de desenvolverem políticas públicas não está restrito apenas a falta de recursos financeiros, o clientelismo e o assistencialismo também limitam esse desenvolvimento, uma vez que dificultam o gerenciamento de programas sociais. No campo das políticas públicas, aquelas que têm mais prioridade são a de geração de emprego e renda, até porque o governo busca combater, por meio dos programas sociais, o desemprego e os baixos níveis de rendimento nos diversos setores do mercado de trabalho.

¹⁴ Federalismo Fiscal Receita Municipal: A importância das transferências do FMP e do SUS Disponível em: <http://www.bndes.gov.br>. Acesso em: 20/02/2015

Para Barros, Cóssio e Teles (2001, apud Rodrigues 2005), as políticas de geração de emprego e renda podem ser organizadas em quatro grupos:

- Políticas compensatórias cujo objetivo é a transferência de renda para trabalhadores desempregados ou de baixa renda, como por exemplo, abono salarial e seguro desemprego;
- Políticas distributivas que influenciam de maneira direta no salário dos trabalhadores por meio de legislação específica;
- Políticas estruturais indiretas que compreendem as políticas macroeconômicas que estimulam a produção, investimento público, redução de juros e subsídios para investimento em capital produtivo;
- Políticas estruturais diretas orientadas para a contenção do desemprego e aumento da produtividade, cujo objetivo é melhorar a qualidade dos postos de trabalho e aumentar a qualificação da força produtiva. Neste grupo, estão os programas de crédito produtivo a micro e pequenas empresas, programa de treinamento de programa de mão de obra.

A população de baixa renda, apartada do restante da sociedade, tem sido alvo das políticas públicas de geração de emprego e renda e é através das parcerias entre o poder público e a sociedade civil que este grupo tem sido favorecido. O surgimento de ONGS e OSCIPS é um exemplo prático de como a participação popular pode desenvolver projetos sociais com responsabilidade, sem a prática de clientelismo.

As parcerias entre os governos locais e a sociedade civil são um ótimo meio para se estabelecer programas de Microcrédito e ofertar ao microempreendedor, formal ou informal, o acesso ao crédito produtivo. De maneira geral esses empreendedores têm muita dificuldade em obter o crédito pelas vias tradicionais, principalmente em função das exigências de garantias reais e pela burocracia documental. Além disso, os bancos tradicionais não se interessam na oferta de crédito produtivo, até porque haveria necessidade criar linhas de financiamentos exclusivas e análises de créditos específicas, elevando-se os custos operacionais.

Razões como estas afastam o microempreendedor e fazem com que ele procure um crédito menos burocrático, como o oferecido pelos agiotas, mesmo que tenham que arcar com as elevadas taxas de juros. Assim, um meio de romper este ciclo vicioso seriam os programas de Microcrédito, implantados pelo governo em parceria com a sociedade civil, sendo estes, em boa medida, uma alternativa de política pública de geração de emprego e renda com enfoque na população de baixa renda e capaz de proporcionar, ao menos em parte, o resgate da autoestima, da dignidade e cidadania.

No Brasil, de acordo com Parente (2002, pág. 31), 95% dos microempreendedores não têm acesso ao crédito convencional, as micro e pequenas empresas têm um grande peso para a economia do país, portanto, é de suma importância que o governo federal se

mobilize e crie políticas públicas de desenvolvimento social, com parcerias entre os atores e sociedade, capazes de gerar renda e diminuir o desemprego a médio e longo prazos afim de se evitar a instabilidade e exclusão social.

Yunnus (2006) descreve que um dos grandes flagelos das sociedades modernas é o desemprego, mesmo nas sociedades industrializadas não existe possibilidade de oferecer emprego a todas as pessoas. Para ele, governantes procuram atrair grandes empresas para seus países oferecendo vantagens fiscais no intuito de criar empregos, entretanto, essas indústrias não dão conta de suprir toda a demanda e podem criar efeitos indesejáveis, como por exemplo, a poluição e degradação ambiental. Além do mais, a maior parte da riqueza e lucro obtidos é remetida aos países de origem. O resultado deste tipo de planejamento político acaba por estabelecer uma situação de crescimento econômico perverso com baixo desenvolvimento econômico.

É preciso fazer aqui uma diferenciação entre crescimento e desenvolvimento.

“Crescimento econômico: Aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto da produção econômica. É definido basicamente pelo índice de crescimento anual do Produto Nacional Bruto (PNB) per capita. O crescimento da economia é indicado ainda pelo índice de crescimento da força de trabalho, pela proporção da receita nacional poupada e investida e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico...” (SANDRONI, 1999, pág. 141).

“Desenvolvimento econômico: Crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia. O estudo do desenvolvimento econômico e social partiu da constatação da profunda desigualdade, de um lado, entre os países que se industrializaram e atingiram elevados níveis de bem-estar material, compartilhados por amplas camadas da população, e, de outro lado, aqueles que não se industrializaram e por isso permaneceram em situação de pobreza e com acentuados desníveis sociais...” (SANDRONI, 1999, pág. 169).

É com base nesta diferença entre crescimento e desenvolvimento que o Microcrédito se insere ao buscar melhorias nos níveis dos padrões de vida das pessoas e a consequente redução dos patamares de desigualdades mantidos em determinadas regiões. O Microcrédito tem sido apontado por estudiosos, a exemplo de Paul Singer (2005) e Marcelo Neri (2008), como um instrumento eficiente na contenção da pobreza. Experiências e resultados positivos colhidos pelo Grameen Bank e CrediAmigo, do Banco do Nordeste, corroboram com estas afirmações. Embora não seja possível mensurar todos os resultados que permeiam o Microcrédito ao redor do mundo, acredita-se que é palpável a contribuição para o resgate da cidadania e fortalecimento da dignidade das pessoas que recorrem a este tipo de empréstimo.

Os estudos sobre inclusão social definem que as variáveis trabalho, renda e instrução, são amplamente utilizados para medida de bem estar social e podem então ser consideradas apropriadas para a elaboração de indicadores de inclusão social. O relatório da 59ª assembleia Geral da ONU afirma que o impacto do Microcrédito e das Microfinanças na redução da pobreza foi avaliado através de diversas dimensões, entre elas estão à melhora da renda, trabalho e consumo das famílias, e redução da vulnerabilidade às crises econômicas e sociais. Isso demonstra que o Microcrédito, ou melhor, o mercado das Microfinanças, está sim envolvido na inclusão social da população brasileira. Fazer com que todas as classes sociais tenham acesso ao crédito e alguma chance, por menor que seja, de se inserir no mercado de trabalho brasileiro, sendo como assalariado ou como autônomo melhora a situação da economia do país. SGRECCIA (2006, apud COELHO, 2004, pág. 37).

Para Paul Singer (SEBRAE, 2005, pág. 20) “o Microcrédito deve ser visto como uma ferramenta fundamental de combate à pobreza em um país de desigualdades como o nosso”. Para o autor, esta contribuição, mesmo mais tímida, pode ser feita por meio da descentralização do capital e inserção no mercado de pessoas antes marginalizadas; assim o crédito popular pode satisfazer, no curto prazo, necessidades reprimidas. Estas medidas podem aumentar a demanda de bens e serviços e contribuir para a criação de mais empregos, aproveitando a capacidade de produção ociosa na economia local. Entretanto, para ter resultados esperados seria desejável uma maior divulgação do Microcrédito às pessoas mais pobres e das condições nas quais ele pode ser tomado.

Yunnus (2006, pág. 270), por sua vez, descreve que não é o trabalho que “salva os pobres”, mas o capital ligado ao trabalho. Na maioria dos casos esse capital reduz a pobreza a um custo nulo ou mínimo para o contribuinte. Ele afirma que o Microcrédito, de forma evidente, é uma ferramenta eficaz com capacidade de concretizar valores econômicos e sociais, intimamente ligados ao combate à pobreza, porque promove a inclusão ao dar a determinado grupo (pequenos empreendedores) de certo local ou região condições para o desenvolvimento de uma atividade empresarial e, por consequência, amplia a dignidade destas pessoas inseridas nos estratos mais pobres da sociedade.

2.2 - A Importância do crédito popular em comunidades de baixa renda

De acordo com Neri (2008, pág. 248), os pobres e excluídos sociais precisam acima de tudo de oportunidades e não de caridade. Infelizmente as falhas latentes nos estados modernos prejudicam e não garantem uma vida digna a todos os cidadãos, o que se vê é a perpetuação dos vícios históricos de desigualdade e exclusão socioeconômica. Para combater estas falhas e vícios governos criam ações assistencialistas e compensatórias

Políticas compensatórias, como por exemplo, o Bolsa Família, têm vantagens quanto à velocidade que seus resultados são sentidos, contudo, o seu efeito em geral também é fugaz e após a retirada destes incrementos a situação do grupo afetado volta ao *estatus* original (NERI, 2008, pág. 251). Neri ainda acrescenta que para amenizar esse tipo de política compensatória seria preciso elaborar políticas estruturais que ofereçam a capacidade de geração de renda permanente, ou seja, “dar a vara de pescar em vez de se dar o peixe”. Neste contexto, o Microcrédito pode ser uma ferramenta eficiente para cumprir tal objetivo.

O professor Yunnus (2006) enfatiza que o uso do crédito popular em comunidades carentes gera um ciclo virtuoso na economia local, este crédito é capaz de fomentar a abertura de pequenos negócios com maior chance de sucesso e, assim, inserir pequenos capitais nos mercados locais. De acordo com Melo Neto (2003)¹⁵, o Microcrédito integra em um mesmo cenário, instrumento de crédito, produção, comercialização e consumo. Estas características acabam por expandir a demanda através da aquisição de bens e serviços e colaboram na melhoria das condições de vida ao diminuir a vulnerabilidade das famílias da comunidade.

A Assembleia das Nações Unidas, em 1998, reconheceu que o crédito popular constrói caminhos sustentáveis e é uma alternativa de sucesso para se reduzir a pobreza, gerar emprego e facilitar, assim, a inclusão de novos microempreendedores que vão atuar em conjunto no desenvolvimento comunitário (FAUSTINO, 2007).

Segundo Melo Neto (2003), além do aspecto econômico, dentro da lógica da socioeconomia solidária, o Microcrédito vai muito além do simples ato de concessão de crédito como se faz nos bancos normais. As ações tem início com a capacitação e valorização do trabalho bem como do empoderamento dos moradores, despertando a sensibilidade para a solidariedade e colaboração enquanto estratégia de um modelo de progresso sustentável, isto, sem contar o resgate da autoestima e desenvolvimento das capacidades empreendedoras.

De maneira geral, o Microcrédito, conforme Souza (2011), conta com o recurso do aval solidário e com certo controle social, apoiado na confiança recíproca, garante uma demanda sustentada com fortalecimento do capital social nas comunidades beneficiadas. Souza analisa ainda que o aumento desse capital social reflete tanto no bem-estar individual quanto no bem-estar social e permite com o tempo o acúmulo de capacidades

¹⁵ Disponível em http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/melo_palmas.pdf

dos indivíduos e comunidades trabalharem juntos. Isso, em boa medida criaria condições para os moradores locais se distanciarem da pobreza e das circunstâncias que são reproduzidas nessas comunidades carentes.

Cabe, portanto, ao Microcrédito fazer chegar às comunidades pobres a oportunidade de inserir social e economicamente de tal maneira que não só alterem as suas vidas para melhor como também estas façam seu próprio destino. Ao depender cada vez mais da economia e benefícios que gira e crescem no seu entorno, estas pessoas vão quebrar o paradigma de dependência da ajuda externa que foram submetidos desde sempre.

2.3 - Externalidades Positivas

De modo geral, em quase todos os segmentos da vida, seja ele econômico ou social, existe o risco de alguma atividade afetar outro setor. Estes impactos são denominados de externalidades. A expressão externalidade pode ser conceituada como o efeito, benéfica ou prejudicial, que uma dada atividade econômica tem sobre terceiros, que não estão envolvidos nesta atividade¹⁶. Essas externalidades podem ser positivas quando contribuem de modo construtivo para a sociedade e permitem criar benefícios como, por exemplo, a educação ou negativas quando seus impactos prejudicam a sociedade gerando custos desnecessários, como exemplo prático tem-se a poluição.

As atividades de Microcrédito possuem externalidades, logo, afetam diretamente a sociedade com os seus desdobramentos. Portanto, os ganhos que essa modalidade de crédito geram na economia podem favorecer o desenvolvimento do país, como podem também criar custos e afetar outros setores da sociedade. A seguir, com base nas informações colhidas para este estudo, apresento alguns aspectos de consenso que estão no cerne do Microcrédito quando se trata das externalidades positivas.

Em primeiro lugar, de acordo com Caldas (1999), o Microcrédito representa uma forma de democratizar o acesso ao dinheiro, livrando os microempreendedores dos agiotas. Yunnus (2006, pág. 20) afirma que toda sociedade tem seus agiotas, mas que nenhum programa econômico poderá deter o processo de alienação dos pobres enquanto permanecerem subjugados aos agiotas. Além disso, a maioria dos pobres e pequenos empreendedores estão excluídos do Sistema Financeiro tradicional, seja por falta de condições

¹⁶ "**Externalidades**", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa. Disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/Externalidades>

de apresentar garantias reais ou por não despertarem o interesse dos bancos que se interessem em sua grande maioria apenas pelo retorno que os grandes empréstimos propiciam.

Isso posto, os pequenos empréstimos são um importante artifício no processo de democratização do crédito, uma vez que suprem a carência de financiamento dos micro e pequenos negócios ao ampliar o número de empreendimentos beneficiados, importantes para o crescimento do desenvolvimento, como também favorecem a inclusão social daqueles grupos excluídos.

Em segundo lugar o Microcrédito pode incrementar o investimento e a produtividade na economia pelo fato de criar oportunidades de acesso ao crédito a um número maior de empreendedores formais e informais sem acesso ao crédito tradicional. Caldas (1999) argumenta que esta produtividade pode aumentar de forma considerável quando os recursos forem investidos em micro e pequenos empreendedores. Ademais, este acréscimo de investimentos amplia os fatores produtivos, com mão de obra, matéria prima e maquinários e contribuem para a sustentabilidade e andamento dos pequenos negócios.

O terceiro ponto diz respeito à criminalidade, uma vez que esta assola muitas regiões. Quando o Microcrédito chega ao destino, ele pode incentivar a criação de novas oportunidades em pequenos negócios próximos das comunidades, aquecendo o mercado de trabalho. É do conhecimento de muitos que a falta de ocupação não é o único ponto determinante para o alto índice de criminalidade, existem tantos outros fatores, porém, um número maior de pessoas ocupadas cria expectativas positivas e ajuda na redução de infrações e delitos, produtos muitas vezes, da injustiça social.

Por último, a descentralização da atividade econômica proporcionada pela concessão do Microcrédito, além de ser visto como um programa social se aplica também como um programa que fortalece o ciclo econômico. Segundo Lima (2004), em diversas localidades, o Microcrédito valoriza a cultura e potencialidades da comunidade, com isto há um incentivo às práticas produtivas que cada região tem de melhor. São os chamados Arranjos Produtivos Locais (APL'S), pequenos negócios em uma região que capta mão de obra local e interioriza a atividade produtiva. Este fenômeno é benéfico para o Brasil, haja vista o problema das grandes capitais quando se refere à migração de cidadãos que superlotam essas cidades em busca de oportunidade de empregos e uma melhor qualidade de vida.

2.4 - Externalidades Negativas

A externalidade negativa é aquela que pode causar impactos indesejáveis e prejudiciais à coletividade, assim com base nos estudos colhidos apresento alguns pontos desfavoráveis.

“Assimetria. É um conceito de estatística que significa a medida descritiva do desequilíbrio de uma distribuição. Por exemplo, a distribuição da propriedade fundiária no Brasil, é altamente assimétrica. Um grande número de proprietários possui pequenas propriedades, um número menor agrupa-se em torno da propriedade média, e um número ínfimo concentra em suas mãos as maiores áreas” (SANDRONI, 1999, pág. 34).

Neri et al. (2008) abordam a relação assimétrica estabelecida entre credores e devedores. Segundo ele o mercado não possui informações perfeitas sobre suas transações e isso pode acarretar em riscos para as instituições. Estudos mostram dois principais problemas: seleção adversa e risco moral. A primeira envolve o desconhecimento do credor com relação ao tipo de tomador, enfim, optar pela escolha errada. Já o risco moral envolve a falta de informação do prestador sobre o tipo de ação que o tomador pode vir a tomar (NERI 2008, pág. 30-31).

Toneto Júnior e Gremaud (2002) asseveram que devido aos problemas de informação, o monitoramento e as precauções realizadas no intuito de diminuir riscos, as imperfeições nas informações prejudica a eficácia e a eficiência do programa de crédito popular. Bancos comunitários, de maneira diferente dos bancos tradicionais buscam meios mais contundentes a fim de amenizar a assimetria de informação, este expediente é descrito abaixo:

Os bancos comunitários também precisam de informação e de garantia, entretanto, essas se encontram ali bem perto, nas relações entre as pessoas e delas com o território. Essas informações são colhidas nas conversas com o vizinho e com os comerciantes locais, na visita à casa do morador solicitante e na própria participação do morador nas atividades do Banco e da comunidade. Há uma articulação direta entre as relações econômicas e sociais na comunidade e a concessão do crédito (Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando, 2013, pág. 111).

Outra questão a ser pontuada é o risco de endividamento e inadimplência. O Microcrédito possui vantagens econômicas e sociais, mas a sua concessão significa o endividamento do tomador para o bom funcionamento do negócio. Se essa dívida não for bem administrada vai gerar dificuldades futuras tanto para o cidadão como também poderá comprometer a sustentabilidade e saúde financeira da instituição.

A terceira externalidade negativa, conforme Toneto Júnior e Gremaud (2002), diz respeito ao problema da focalização. Quando estratos de renda mais elevados e já inseridos no mercado são favorecidos, o Microcrédito é impedido de atingir seu público-alvo. Bancos tradicionais costumam se afastar deste centro, pois precisam cobrir custos operacionais e auferir lucros, de forma a manter sua sustentabilidade, com isto acabam se afastando do foco principal, os pobres.

Toneto Júnior e Gremaud argumentam ainda sobre a necessidade de se ter políticas públicas que auxiliem o Microcrédito a atingir o público a qual se foi destinado, evitando o enfoque nos que estão fora da linha de pobreza, porque, só assim, o Microcrédito pode minimizar o problema de alcance, tornando-se mais eficiente no cumprimento do seu objetivo.

2.5 - Bancos comunitários e a sua importância para o desenvolvimento local

O Banco Comunitário de Desenvolvimentos (BCD) nas palavras de Melo Neto (2009) “são serviços financeiros solidários, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da economia solidária” (MELO NETO, MAGALHAES, 2009)¹⁷. Seu objetivo é dinamizar as economias locais, promover o desenvolvimento do território e fortalecer a organização comunitária a partir da oferta de serviços financeiros.

Paul Singer aborda o termo “solidário”, no contexto dos serviços financeiros, como a subversão da lógica utilitarista de uma economia regida pela maximização dos lucros e otimização dos custos para a lógica da confiança e da cooperação. Esses valores também estão presentes na concepção de uma ação realizada em rede. Ao conceber de forma conjunta o estímulo à produção e ao consumo no território – rede local de consumidores e produtores -, rompe-se com a lógica de mercado onde produtores competem e consumidores são disputados, para a busca por uma economia associada. O conceito de rede, então, afirma uma ação que não tem um único sentido: ela se desdobra num território ampliado que é a comunidade. Ou seja, a ação não pretende ter um fim localizado – um cliente – mas sim articular moradores, instituições locais e comerciantes. (Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando, 2013, pág. 111).

O certo é que oferecer serviços financeiros não faz sentido se estes não vierem orientados por princípios como o fortalecimento comunitário, o planejamento e a

¹⁷ Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/BMT_completo.pdf. Acesso em 04/01/2015

dinamização dos recursos locais, sejam eles econômicos ou sociais, na promoção da cooperação e da democracia (SINGER, 2009) ¹⁸.

O Grameen Bank, de acordo com Araújo 2010 (apud França Filho, 2006) é considerado a primeira experiência de BCD mais antiga a praticar o Microcrédito contemporâneo, sua metodologia é conhecida internacionalmente e inclui o aval solidário e assessoria por meio dos agentes de crédito. Conforme Passos (2007), no Brasil, o primeiro BCD implantado foi o Banco Palmas, em 1998, ele tem sido o principal difusor do modelo BCD com assessorias técnicas oferecidas através do Instituto Banco Palmas de Desenvolvimento e Socioeconomia Solidária.

O objetivo do BCD de acordo com Melo Neto (2009) é auxiliar o desenvolvimento dos territórios e comunidades de baixa renda, por meio do incentivo a criação de redes locais de produção e consumo, com base nas iniciativas de economia solidárias, como: empreendimentos socioprodutivos, prestação de serviços, de apoio à comercialização (mercearias, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores. O BCD opera, em geral, com uma equipe de coordenação executiva que em princípio está inserida na estrutura de mobilização local como associações, fóruns, conselhos, sindicatos, ONGs e igrejas.

Os recursos para sua manutenção têm origem no fundo solidário de investimento comunitário, por doações de pessoas físicas e jurídicas, cotizações de associados e programas de governo. Melo Neto Segundo e Magalhães (2009) reforçam que o BCD assegura crédito para a comunidade de baixa renda sem burocracia, porém, existe a taxa de juros a ser paga por esse crédito; não se trata de uma doação. As modalidades de crédito ofertadas estão dentro do campo das Finanças Solidárias, o que não impede que atuem com créditos subsidiados.

O BCD destaca-se pela gestão compartilhada entre a própria comunidade na busca da autossustentabilidade financeira. Melo Neto e Magalhães (2009, pág. 23-24) destacam que os principais aspectos de um banco comunitário são:

- Serem criados por decisão da própria comunidade, que se torna sua gestora e proprietária;
- Atuar sempre com duas linhas de crédito: uma em reais e outra em moeda social circulante;
- Estimular, por intermédio de suas linhas de crédito, a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território;

¹⁸ Banco Central do Brasil: Perspectivas e Desafios para Inclusão Financeira no Brasil: visão de diferentes atores

- Apoiar empreendimentos – feiras, lojas solidárias, centrais de comercialização etc.;
- Atuar em territórios caracterizados por alto grau de exclusão e desigualdade social;
- Voltar-se para um público com alto grau de vulnerabilidade social, sobretudo aqueles beneficiários de programas governamentais de políticas compensatórias;
- Fundar sua sustentabilidade financeira, no curto prazo, na obtenção de subsídios justificáveis pela utilidade social de suas práticas.

Com base nas informações expostas acima, de maneira geral, um banco comunitário deve se pautar dentro de certo arranjo:

- A primeira delas é a gestão comunitária, onde a comunidade decide criar o banco e suas estratégias, inclusive quanto à administração dos recursos;
- A segunda seria circulante local, moeda complementar à moeda oficial, aceita e reconhecida por produtores, comerciantes e consumidores do bairro;
- A terceira seria atuar com duas linhas de crédito, uma em moeda oficial e a outra em moeda social;
- A quarta diz respeito à criação de uma rede local que estimularia o crédito, a produção, a comercialização e a capacitação daqueles que pertencem à comunidade, ou seja, promoveria o desenvolvimento do lugar;
- A quinta estaria relacionada com o apoio a empreendimentos como feiras, lojas solidárias, etc.;
- A sexta é de extrema importância, tendo em vista que trata da atuação do banco em territórios com alto grau de exclusão e desigualdade social;
- A sétima é voltar-se para um público com alto grau de vulnerabilidade social (principalmente os cidadãos beneficiados pelos programas governamentais de políticas compensatórias);
- A última diz que o banco precisa fundar sua própria sustentabilidade financeira em curto prazo.

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2011, estimava que o número de bancos comunitários em 2012 saltaria de 65 para 150, um aumento de 130%. Em 2005 existiam apenas duas instituições, todavia após elas serem reconhecidas como política pública, “o avanço foi enorme”, observa Antônio Haroldo Pinheiro Mendonça, coordenador-geral do Comércio Justo e Solidário da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) do MTE¹⁹.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) realizou, em 2011, um estudo onde o Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) que concluiu que 39,5% dos brasileiros, aproximadamente 53 milhões de pessoas não têm conta em banco. De acordo com a pesquisa, na Região Nordeste 52,6% dos entrevistados disseram não tê-la. O apontamento deste dado revela, em certa medida, a importância que bancos comunitários podem ter nestes locais, como também mostra o outro lado, onde apenas alguns pontos do

¹⁹ Fonte: <http://cadoz.wordpress.com/2011/02/24/o-numero-de-bancos-comunitarios-no-pais-deve-dobrar-ate-o-fim-do-ano/>. Acesso em: 20/02/2015.

território são escolhidos para o desenvolvimento do sistema hegemônico, estes locais são tratados por Milton Santos (1994, apud Paula, 2012) como espaços luminosos²⁰.

Neste aspecto, Melo Neto e Magalhães (2009) acrescentam que a instalação de bancos comunitários e o uso de moeda social pela população é o principal meio para promover o desenvolvimento local. A moeda utilizada como instrumento de troca em uma feira solidária, por exemplo, faz com que os recursos “circulem” localmente, gerando emprego e renda, e beneficiando os produtores locais. Eles destacam ainda que o circulante local não se limita ao aspecto econômico, pois contribui com o processo de capacitação, organização e empoderamento da comunidade e mostram uma nova dinâmica financeira entre os seus agentes.

Os Bancos Comunitários oferecem crédito às populações de baixa renda, sem burocracia, e de forma facilitada, mas seus braços devem se estendidos além do crédito e focar também o desenvolvimento da comunidade local que precisa de crescimento econômico e social. Esse deve ser o caráter e a natureza do banco comunitário, pois a partir de suas ações e ferramentas, o BCD pode contribuir para que o debate sobre a economia seja desmistificado e esse conhecimento possa ser absorvido a partir das práticas. Neiva (2013 página 112)²¹ acrescenta que “os trabalhadores do banco, os tomadores de crédito, os comerciantes, ou seja, a comunidade como um todo, ao conhecer mais sobre os conceitos econômicos e os mecanismos financeiros contribuir para o fortalecimento e a qualificação da participação dos moradores no debate sobre o desenvolvimento do bairro e, como o resultado, potencializa as ações do banco”.

O atendimento feito no BCD, para Neiva (2013) é uma oportunidade de aprendizado que se dá na prática, pois, a partir das dificuldades que por ventura apareçam no dia a dia do trabalhador, que também é morador, pode ser utilizado para compartilhar experiências comuns que facilitem esse processo. Ainda, o banco comunitário organiza a oferta de serviços financeiros com a articulação de outras ações como projetos comunitários, capacitação e reuniões sobre o bairro, o que, no limite pode significar a entrada da população mais carente em uma rede de relações e de apoio na comunidade. Estas ações contribuem para o capital, bem como cria um espaço de debate entre os moradores fortalecendo a relação comunitária.

²⁰ “áreas "luminosas", constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao resto da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas "opacas".”

²¹ Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando / Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP e Instituto Palmas – São Paulo: A9 Editora, 2013. (Pág. 112)

3 - O Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas

3.1 - A constituição do Banco Palmas

O Conjunto Palmeira é um bairro, com 33 anos de existência e está localizado ao sul da cidade de Fortaleza, a quinta cidade mais populosa do país, que concentra cerca de 30% dos habitantes do Ceará (IBGE, 2013). Em 1973 chegaram os primeiros moradores vindos de áreas risco e de despejos realizados na região litorânea da cidade. Aos poucos foram construindo seus barracos, criando uma grande favela, sem nenhuma rede de saneamento básico, energia elétrica, escola ou serviço público.

A partir do ano de 1981, com a criação da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCOMP) as famílias se mobilizaram e iniciaram o processo de urbanização e transformaram a favela em um bairro. Atualmente, a população aproximada do conjunto é de 32 mil habitantes (Instituto Banco Palmas, 2013) e o índice de pobreza é muito alto.

Em janeiro de 1988 a Associação de Moradores se organizou e fundaram umas das instituições mais importante do Bairro: o Banco Palmas. A sua finalidade é gerar emprego e renda, e seu objetivo é atuar na promoção do desenvolvimento comunitário através de instrumentos de finanças solidárias que estimulem a produção e o consumo local.

3.2 - A metodologia e a concessão do crédito no Banco Palmas

O método de empréstimo do Banco Palmas é muito baseado na relação de vizinhança, chamado de colateral social, de acordo com Neri (2008). Ao se tratar de acesso ao crédito para os mais pobres, os vizinhos se tornam um verdadeiro e legítimo SPC social ao garantir a credibilidade do requisitante. A princípio a situação do morador requisitante do empréstimo é analisada através de conversas com a vizinhança, isto inclui informações sobre o seu caráter, a sua experiência profissional e seu relacionamento com a comunidade. Essa relação não teria grandes dificuldades de ser verificada, tendo em vista a comunidade ter limites próprios e definidos.

Uma característica marcante do Banco Palmas é atuar na concessão de crédito com foco e atenção voltados a necessidade de Microcréditos que fomentem a produção, comércio, serviço e consumo. Pontualmente há o Microcrédito para mulheres em situação de risco, linhas de crédito destinadas a pequenas reformas de moradia e Microcréditos para projetos de agricultura urbana.

Abaixo é relacionado as linhas de crédito oferecidas pelo banco, bem como uma descrição do funcionamento de cada item.

Quadro 1 – Linhas de crédito Banco Palmas

PRODUTO	FUNCIONAMENTO
Microcréditos para produção, comércio ou serviço.	Microcréditos concedidos para quem não pode acessar as fontes de financiamento “oficiais” por causa da burocracia, exigências quanto ao fiador, nível de renda, patrimônio e outras normas bancárias. Limite de crédito no valor de R\$ 1.000,00.
Palmacard	Microcréditos para o consumo. Palmacard é o cartão de crédito do Banco Palmas, válido para compras somente no bairro. Cada cartão de crédito tem o valor inicial de R\$ 20,00, podendo forma progressiva chegar ao máximo de R\$ 100,00. O que possibilita o aumento do valor do crédito é a pontualidade no pagamento. Os moradores não pagam nenhuma taxa para ter o cartão.
Microcrédito para Mulheres	Tratas-se de uma linha de crédito específico para atendimento a mulheres em situação de risco pessoal e social, após atendimento realizado pelo Banco Palmas através da Incubadora Feminina ²² .
PalmaCasa	Linha de crédito para pequenas reformas de moradia, objetivando a melhoria nas condições de produção. As famílias fazem um orçamento em um depósito de construção do bairro e recebem autorização do Banco Palmas para receberem o material. O dono do depósito recebe o dinheiro do banco e o beneficiado tem seis meses para pagar com juros de 1,5% ao mês
Agricultura Urbana	Linha de crédito para projetos de Agricultura Urbana, desenvolvidos nos quintais das residências podendo ser cultivados legumes e hortaliças, plantas medicinais ou criação de galinha caipira.

Fonte: Banco Palmas Ponto a Ponto (2008, pág. 36 e 37)

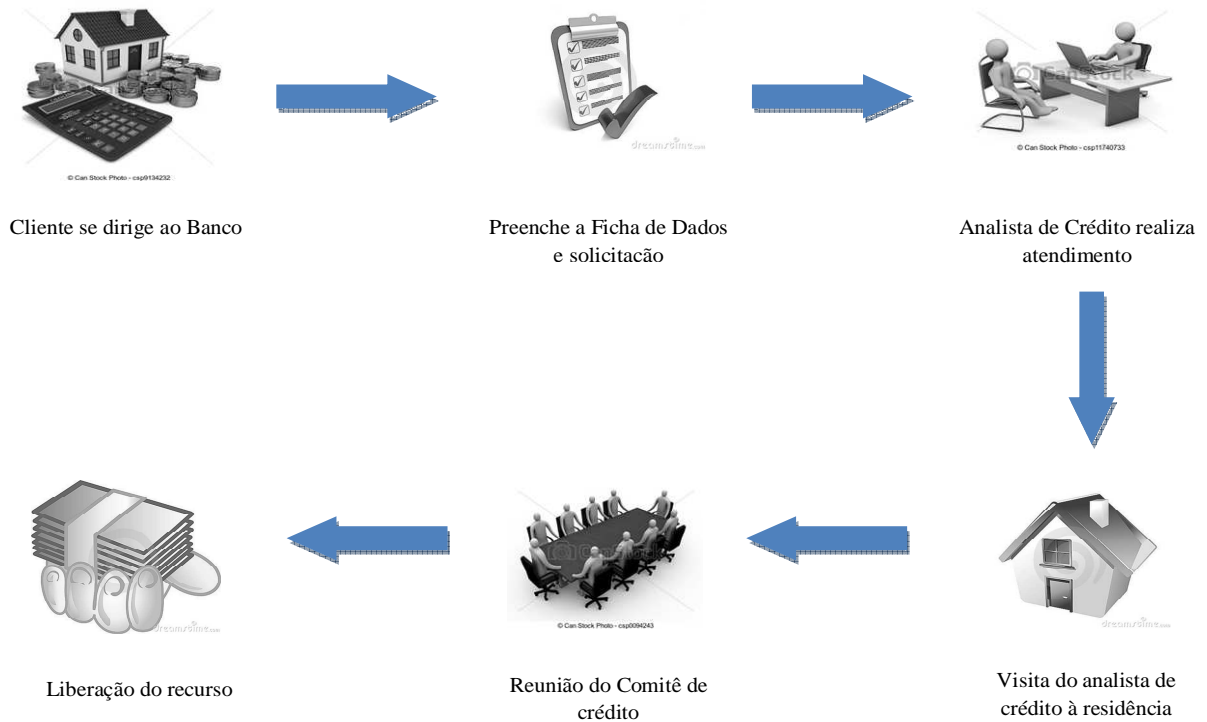
A metodologia de acesso ao crédito, segundo Melo Neto e Magalhães (2008) está adaptada à situação de vulnerabilidade da população de baixa renda, privada do sistema financeiro tradicional, por isto é preciso que se estabeleçam certos procedimentos antes da concessão:

- a) O morador deve se dirigir até a sede do Banco Palmas, sempre pela manhã;
- b) É atendido por um analista de crédito que lhe oferece as primeiras informações sobre os serviços que o Banco oferece e as regras de funcionamento;
- c) O morador preenche uma ficha de solicitação especificando que tipo de atendimento deseja (crédito para produção, cartão de crédito, uma barraca para a feira, participação no clube de trocas, capacitação ou outro) e disponibiliza seus dados pessoais;
- d) No mesmo dia, na parte da tarde, o analista de crédito visita a residência do solicitante, conversa com a vizinhança e faz uma análise da solicitação;
- e) No dia seguinte acontece a reunião do Comitê de Aprovação do crédito – CAC, formado pelo analista de crédito, o coordenador do Banco Palmas e a Diretoria Executiva da Associação. O parecer do analista de crédito é analisado e concluído o parecer final;
- f) A decisão é informada ao solicitante
- g) Em caso de aprovação os recursos são liberados imediatamente. Se o Banco estiver sem recursos a solicitação entra para uma fila de espera.²³

²² Projeto de segurança alimentar direcionado a mulheres em situação de risco pessoal e social, moradoras no Conjunto Palmeiras, que oferece cursos profissionalizantes, oficinas e laboratórios de Agricultura Urbana.

Abaixo, exemplifico o quadro esquemático do processo inicial de solicitação do crédito até a sua liberação:

Figura 1 – O Processo da concessão do crédito



Fonte: Adaptado da Internet

A metodologia utilizada possui objetivo específico, qual seja, criar consciência do tomador de crédito em escolher fazer parte de uma rede de cooperação. Logo, a primeira exigência é que o solicitante seja morador do bairro, sócio da ASMOCONP e participe de pelo menos três assembleias mensais antes da solicitação do crédito. De acordo com Melo Neto e Magalhães (2008, pág. 42), no Banco Palmas existe uma economia solidária em prática e são nas assembleias que ocorrem esta sensibilização que vai debater o projeto de desenvolvimento socioeconômico do Banco, cuja comunidade se torna protagonista que saiu da mera posição de habitantes para a de cidadãos ativos como sujeitos coletivos, ou seja, é a comunidade que controla a economia e não a economia que controla a comunidade.

²³ Nas renovações de crédito, a partir do terceiro empréstimo, os procedimentos citados acima são dispensados. A solicitação é enviada diretamente para o comitê de Aprovação de Crédito. O prazo máximo entre a solicitação do cliente e a liberação de crédito é de 48 (quarenta e oito) horas, exceto quando há problemas de caixa.

O Banco adota critérios próprios para aprovação do crédito. A primeira etapa exige o preenchimento de formulários com dados pessoais do empréstimo e o destino de sua aplicação. O Banco não utiliza os instrumentos oficiais de consultas cadastrais como SPC, SERASA, CADIM, etc., nem exige fiador, pois a maioria dos moradores do conjunto tem alguma restrição nestes sistemas. Não se exige também quaisquer garantias reais que deem segurança à concedente de que o montante emprestado vá retornar. Assim, são os vizinhos que dão a garantia sobre a credibilidade da pessoa.

A etapa seguinte analisa a viabilidade financeira do empreendimento, as possibilidades de comercialização dentro de uma estratégia de rede, a experiência profissional da pessoa para aquele tipo de atividade que deseja desenvolver. De posse dos formulários, o analista de crédito visita à vizinhança do possível tomador e colhe mais informações sobre o caráter e responsabilidade do solicitante do crédito. Coletado os dados, o analista de crédito em conjunto com o Comitê de Crédito, formado pelo coordenador do Banco Palmas e o presidente da ASMOCONP, decidem sobre a aprovação ou não do referido crédito²⁴.

De acordo com Melo Neto e Magalhães (2008), o Comitê de Crédito de Aprovação de Projetos analisa a solicitação de crédito a partir de uma ótica econômica e comunitária. Como descrito anteriormente, para a concessão é considerada a viabilidade econômica do empreendimento e sua potencialidade para funcionar em rede, outro aspecto é o interesse do solicitante em participar da vida da comunidade, criar e manter vínculos com a associação e viver ativamente as atividades sociais do bairro. Assim, a última etapa da concessão do crédito é concretizada com a assinatura de um acordo entre o tomador e o Banco Palmas, este acordo é firmado por meio de um contrato social, no qual o solicitante assume o compromisso de exercer as atividades de compra e venda na área do Conjunto Palmeira (MELO NETO, MAGALHÃES, 2008).

Para França e Silva Júnior, 2006 (apud Faustino, 2007, pág. 84), mais do que um cadastro formal, conceder um crédito a um morador exige conhecimentos da vida do tomador de empréstimo na comunidade. O agente consulta a rede de relações da pessoa como fonte de conhecimento. Já a cobrança do crédito, passa pela introdução de um mecanismo de controle social extremamente original, pois envolve vizinhos em uma

²⁴ A assembléia dos sócios também possui poder de decisão sobre a tal concessão. Normalmente, este processo leva cerca de dois dias, porém caso inexistam recursos disponíveis no Banco Palmas, a solicitação entra numa lista de espera (MELO NETO; MAGALHÃES, 2008).

espécie de aval solidário, logo são as pessoas do local que exercem o mecanismo de pressão moral junto ao indivíduo.

No julgamento de Melo Neto e Magalhães (2008, pag. 36), o “Palmas é um banco que trabalha diretamente com os excluídos. Os créditos concedidos pelo banco são considerados de alto risco porque são direcionados a pessoas muito pobres, que estão fora do mercado.” Por conta disso, o Banco Palmas adota um sistema específico de créditos evolutivos com juros evolutivos para com seus associados. Esta metodologia tem como objetivo garantir a distribuição da renda no bairro onde um associado que tem condição melhor paga juros maiores subsidiando quem tem menos. No quadro abaixo é mostrada as taxas praticadas, bem como os valores cobrados para os volumes máximos de crédito que se pode obter junto ao banco.

Quadro 2 – Sistema de crédito e juros evolutivos (Ano 2008)

CREDITO	R\$	JUROS AO MÊS
Primeiro Crédito	Até R\$ 300,00	2%
Segundo Crédito	Até R\$ 500,00	2,5%
Terceiro Crédito	Até R\$ 1000,00	3%

Fonte: Banco Palmas ponto a ponto

Nessa linha, no ano de 2008 o primeiro crédito concedido podia chegar até R\$ 300,00 e com juros mensais de 2%. O segundo crédito, era de até R\$ 500,00 e juros de 2,5% ao mês. Já do terceiro em diante, podia chegar até R\$ 1.000,00 com juros mensais de 3%.

Quanto aos métodos de concessão de crédito, o Banco se deparava com algumas dificuldades que impediam a melhoria do sistema, primeiramente existia insuficiência de recursos e a carteira de crédito não dava conta de atender a demanda existente na comunidade. Segundo, o potencial de captação de recursos era limitado em função da informalidade jurídica do banco, enquanto projeto comunitário de uma associação de moradores que não permite o acesso a fontes de financiamento oficiais como BNDES, SEBRAE, BIRD, etc. Terceiro, Microcréditos concedidos a empreendedores em situação de exclusão social e a vulnerabilidade dos pequenos empreendimentos no contexto da economia capitalista, implicam em um alto risco de inadimplência. Por último, a gestão financeira e contábil do banco é realizada por pessoas da própria comunidade que não possuem formação específica e adequada para a função.

De forma resumida, este cenário se modificou um pouco quando algumas parcerias foram firmadas: com o Banco Popular do Brasil em 2005, em 2010 com o Banco Nacional

de Desenvolvimento Econômico (BNDES) que permitiu ampliar sua carteira de crédito para R\$ 3 milhões; com a Caixa Econômica Federal (CEF) o Banco Palmas passou a realizar serviços de correspondente bancário, atuando diretamente junto às famílias beneficiárias do Bolsa Família. Assim, as linhas de créditos sofreram alterações e os valores no ano de 2012 tinham a seguinte distribuição.

Quadro 3 - Sistema de crédito e juros evolutivos (Ano 2012)

CREDITO	R\$	JUROS AO MÊS
Primeiro Crédito	De R\$500,00 até R\$ 2500,00	2%
Segundo Crédito	De R\$2501,00 até R\$ 5.000,00	3,0%
Terceiro Crédito	De R\$5001,00 até R\$15.000,00	3,5%

Fonte: Cintra (2012)

Com o apoio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE), via Programa Nacional de Finanças Solidárias, o Banco Palmas passou a articular capacitação profissional, atendimento integrado com as agentes socioprodutivas e crédito às beneficiárias do Bolsa Família. Essa ação renovou o fortalecimento das redes locais de produção e de consumo com a Palma Fashion, a Loja Solidária e a inovação dos festivais de culinária cearense. Essas ações fortalecem também os espaços de convivência comunitários e públicos, ocupando as ruas do Conjunto Palmeira.

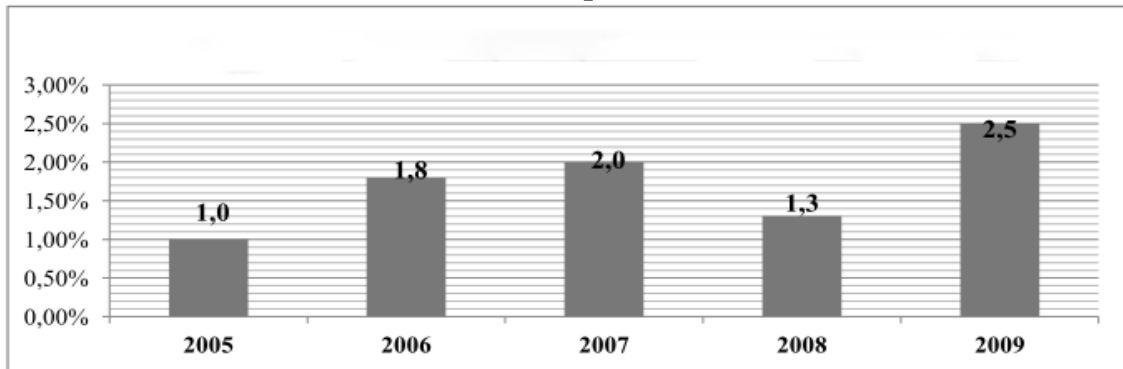
3.3 - A Inadimplência do Microcrédito no Banco Palmas

No ano de 2010, segundo apuração feita pelo Banco Palmas, o índice de inadimplência acima de noventa dias estava entre 1% e 3% ²⁵. Em referência à inadimplência dos moradores junto ao banco, Melo Neto (2009) descreve: “devemos ter em mente que cada caso é um caso e precisa ser tratado desta forma, tendo a solidariedade como princípio. Caso o cliente esteja inadimplente devido à falta de condições de pagar a sua dívida, o Banco pode negociar sua dívida e pode, inclusive, emprestar mais dinheiro, se esse for o caso mais conveniente”. Caso o cliente esteja inadimplente por má fé, o Banco divulga o nome do cliente nos fóruns e redes locais e, caso persista a situação de inadimplência, o Banco pode chegar a negativar o nome da pessoa no SPC e protestar em cartório.

²⁵ A inadimplência em dezembro de 2002 estava em torno de 3,5%

Abaixo, é exibido um gráfico com a evolução dos índices de inadimplência, acima de 30 dias, da carteira de crédito do Banco Palmas, tanto em palmas quanto em reais entre os anos de 2005 a 2009.

Gráfico 1 - Taxa de Inadimplência no Banco Palmas



Fonte: Silva Junior 2008

No ano de 2012, o Banco divulgou informações a respeito dos índices de inadimplência da sua carteira de crédito, este indicador foi apurado em 1,5%, considerando um cliente inadimplente que ficou noventa dias sem efetuar o pagamento da sua prestação. Dados da Agência Brasil²⁶, mostram que os índices de inadimplência dos bancos comerciais no início do ano de 2012, levados em conta os empréstimos pessoa física com mais de 90 dias, estava registrado em 7,6%, ou seja, quase cinco vezes maior do que a inadimplência do Banco Palmas.

3.4 - Perfil econômico dos clientes do Conjunto Palmeiras

No ano de 1997, antes da criação do Banco Palmas, foi realizada uma pesquisa pela ASMOCONP e constatou-se que a pobreza e a fome eram devastadoras no bairro. De acordo com Melo Neto (2008), da população economicamente ativa no bairro, 90% tinham renda familiar abaixo de dois salários mínimos (U\$140,00), 80% estava desempregada, e os pequenos produtores não tinham como trabalhar devido à falta de acesso ao crédito e à ausência de uma estratégia de comercialização de seus produtos.

Nas palavras de Melo Neto (2008, pág. C-16) a questão desafiadora para os moradores do Conjunto Palmeira naquela época “era criar um projeto de geração de renda

²⁶ <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-02-28/inadimplencia-das-pessoas-fisicas-sobre-para-76-em-janeiro>

que fosse diferente de tantos outros que conheciam e que não tiveram êxito”. Começar este projeto foi bastante difícil pois, mesmo, com a habilidade dos moradores do bairro no trato com o artesanato, confecção de roupas, alimentação, etc., eles tinham muitas dificuldades para começar um pequeno negócio porque não possuíam experiência anterior e muitos tinham seus nomes “sujos” no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC).

Os poucos produtores que existiam no conjunto não conseguiam comercializar seus produtos, uma vez que a maioria das famílias encontrava facilidades no parcelamento e compra de produtos fora do bairro. O desafio proposto para reverter este cenário foi desenvolver a economia do bairro a partir de um novo padrão, uma rede solidária entre produtores e consumidores (prosumidores)²⁷, em que todos os integrantes deveriam comungar deste círculo virtuoso de produção e consumo, capaz de fomentar o trabalho e geração de renda.



Segundo Araújo (2012), o perfil econômico dos clientes do Banco Palmas varia de acordo com o serviço oferecido. Ele acrescenta que, em sua maioria os clientes do Banco possuem apenas o primeiro grau completo. No caso do projeto Incubadora Feminina, a maioria é composta por mães solteiras ou divorciadas, analfabetas ou com primeiro grau completo e na faixa etária entre 18 e 65 anos, sem residência fixa ou moram de aluguel.

Em 2008, segundo estudo da Universidade Católica de Brasília, a renda dos clientes do Banco Palmas tinham a seguinte distribuição, de acordo com a amostra analisada: 42,0% tinham renda de até um salário mínimo, 45,0%, entre um e dois salários,

²⁷ Termo criado pelo norte americano Alvin Toffler, escritor do livro “A Terceira Onda”

9,0% entre dois e quatro e o restante com salários superiores. Em comparação com os não clientes, essa proporção é de 60,0%, 27,5% e 9,2%, respectivamente. Esta comparação demonstra que os clientes do banco possuem renda superior em relação aos não clientes.

3.5 - A Moeda Social Circulante Local

A moeda utilizada no Conjunto Palmeira foi criada pela própria comunidade, e recebeu inicialmente o nome de Palmares. Com o passar do tempo, se tornou a moeda Palmas (P\$). Segundo o sítio do Banco Palmas, a moeda social local circulante é uma moeda complementar ao Real (R\$). A moeda local tem por objetivo fazer com que o dinheiro circule na própria comunidade, ampliando o poder de comercialização local, aumentando assim a riqueza circulante e gerando trabalho e renda.

Figura 3 – Moeda Palmas



Fonte: Banco Palmas

A moeda social circulante local Palma tem características próprias, e segue a mesma linha da maioria das moedas sociais em circulação no território brasileiro. O Palma tem lastro na moeda nacional, o Real (R\$), ou seja, para cada moeda social emitida, há um correspondente em Real no banco comunitário. As moedas são produzidas com componentes de segurança para se evitar falsificação e a circulação é livre no comércio local. Há também a prática de descontos nos comércios, para aquelas pessoas que utilizam o Palma para realizar suas compras, mas isso não é uma regra, é uma deliberalidade de cada comerciante. Segundo Melo Neto (2008)²⁸, os descontos geralmente variam entre 5% e 10% para quem compra com a moeda local.

²⁸ Banco Palmas - 100 perguntas mais frequentes

Há diversas formas de acesso à moeda social Palma pelos moradores ou produtores locais. As formas de acesso à moeda são as seguintes: fazendo empréstimos em moeda social no Banco Comunitário; optar por receber o pagamento por serviços prestados em Palma; e trocando reais por moeda social diretamente na sede do Banco.

Como o objetivo era manter a moeda social em circulação dentro da própria comunidade, em 2004 o câmbio reverso, ou seja, trocar Real por Palma foi posto em prática, com isto produtores e comerciantes cadastrados no Banco Comunitário começaram a acumular Palmas e trocar por Reais na sede do Banco. Para não onerar os moradores essa operação de câmbio reverso não têm qualquer tipo de taxação sobre o valor trocado. Em 2007 circulavam no bairro aproximadamente 20.000 (vinte mil) Palmas, em cédulas de 0,50 (cinquenta centavos), 1 (um), 2 (dois), 5 (cinco) e 10 (dez), que são aceitas em quase todos os estabelecimento do bairro, desde o posto de gasolina até o pagamento de contas, água, luz, etc.

A moeda social circulante local é, principalmente, um instrumento educativo, sendo assim o trabalho do Palmas continua, no sentido de agregar cada vez mais empreendimentos à rede e ensinar à comunidade o poder do consumo, portanto, é fundamental que o bairro não se isole e o diálogo entre o circulante local e a moeda corrente nacional se mantenha como uma estratégia primária.

3.6 - Os ganhos conquistados pela sua implementação

Em outubro de 2007, período que seria comemorado o 10º aniversário do Banco Palmas, a Universidade Federal do Ceará foi contratada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para realizar uma pesquisa para avaliar a percepção da comunidade sobre os Impactos e Imagens do Banco Palmas no Conjunto Palmeira²⁹. A pesquisa valeu-se da captura de informações através de consulta a documentos oficiais e banco de dados secundários, observações diretas, realização de entrevistas, survey e grupos focais que aconteceriam nos dias 29 de janeiro e 07 de fevereiro de 2008, o público alvo era composto por lideranças comunitárias do bairro, representantes e dirigentes de organizações locais com participação ativa no Conjunto Palmeiras, além de moradores daquele território.

Partes destes resultados serão apresentados, em resumo, com intuito de mostrar os impactos coletivos e sociais após a instalação do Banco e a oferta do Microcrédito. A

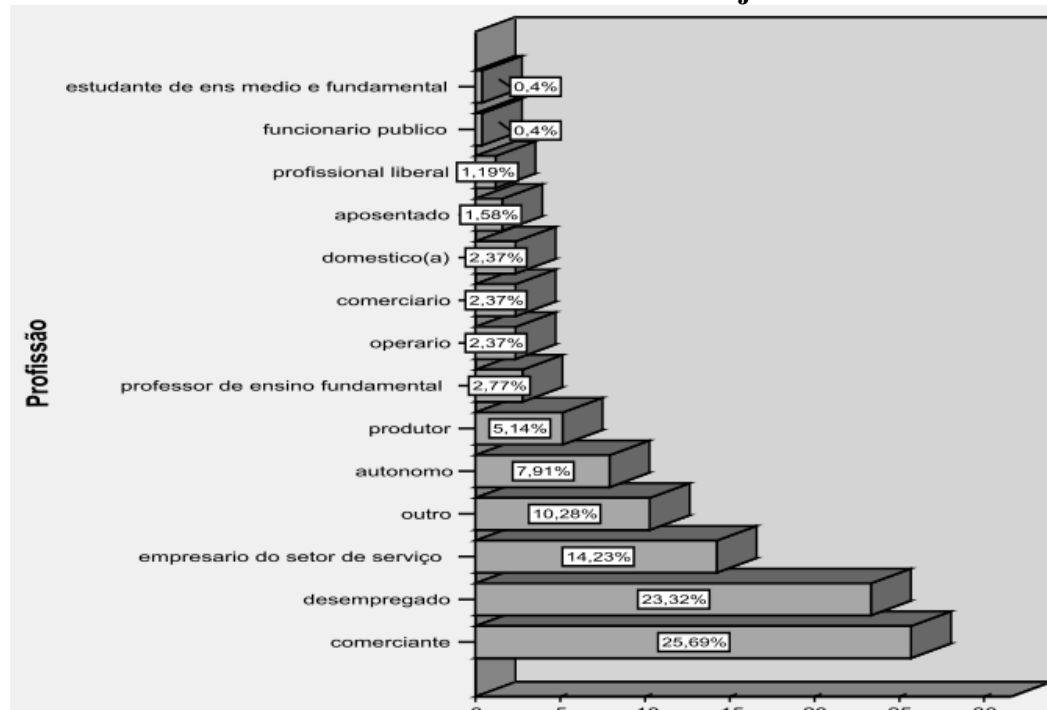
²⁹ Avaliação de Impacto e Imagem do Banco Palmas no Conjunto Palmeira – Jeová Torres Silva Jr. - Universidade Federal do Ceará - 2008

referência são os usuários dos serviços e beneficiários dos projetos do Conjunto Palmeiras, bem como a implementação das ações de promoção de geração de ocupação e renda. Foram aplicados 253 questionários, elaborado com um questionário contendo perguntas abertas fechadas, dicotômicas e de múltipla escolha, respondidos pelos moradores do Bairro Conjunto Palmeiras, em um total de 2649 pessoas com o seguinte perfil:

- Tomadores de crédito;
- Usuários da moeda social e comerciantes que a aceitavam;
- Jovens inscritos no Projeto Bairro Escola de Trabalho³⁰ e empreendedores que os recebem em seus negócios para estágio;
- Usuários dos serviços de correspondente bancário (Banco Popular do Brasil) (SILVA JUNIOR, 2008).

Entre os entrevistados (tomadores de crédito, usuários da moeda social, empreendimentos que aceitam moeda social, jovens participantes do Bairro-Escola de Trabalho, empreendimentos que capacitam estes jovens e usuários do correspondente bancário) foram observadas dois dados relevantes: de que 25,69% são empreendedores no setor de comércio e que 23,32% dos pesquisados estavam desempregados no momento, ou seja, 76% aproximadamente possuíam alguma atividade remunerada, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 2 - Profissão dos entrevistados no Conjunto Palmeiras



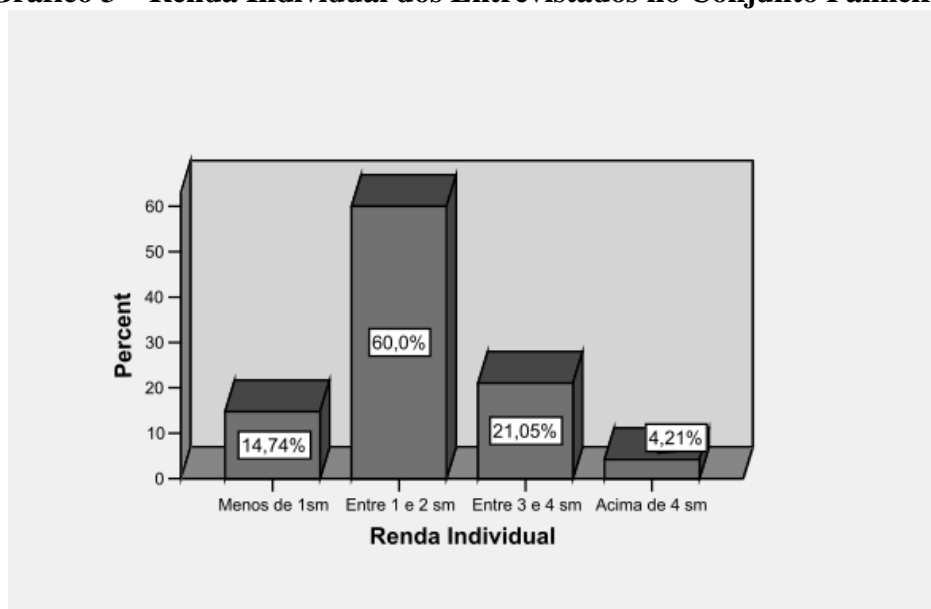
Fonte: Silveira Junior 2008

³⁰ Projeto de capacitação profissional e geração de trabalho e renda para jovens de 16 a 24 anos onde os próprios empreendimentos do bairro (comércios, indústrias e serviços) capacitam e empregam os jovens da comunidade.

Esse número de desempregados do conjunto em 2008 era altíssimo se comparado com o padrão médio brasileiro que oscilava entre 9% e 10%, ou seja, mais do dobro da média nacional. A situação apresentada desafiava o Banco Palmas para uma atuação vigilante na geração de trabalho e renda e no limite impulsionou o Banco Palmas nas várias ações de empreendedorismo e financiamento nos setores do comércio, serviço e indústria.

A pesquisa de Silveira Junior levanta algumas considerações a respeito da renda individual dos pesquisados: primeiro, é elevado o percentual de pessoas que recebem menos de 01 salário mínimo (R\$ 380,00) – 14,8%; segundo, 60% está entre os que percebem mensalmente de 01 a 02 salários mínimos (S.M.) de renda; terceiro, ao se olhar para a população que recebe até dois S.M. (R\$ 760,00) teremos um grupo de aproximadamente $\frac{3}{4}$ dos entrevistados. Aqui, para Silveira Junior, talvez se comprove o que já fora relatado nas técnicas da entrevista e grupos focais de que a atuação do Banco Palmas tem sido relevante, mas ainda há muito que se fazer em relação à ampliação da renda dos moradores de um bairro fragilizado como o Conjunto Palmeiras; e quarto os que percebem mais do que quatro S.M. representam a pequena faixa percentual de 4,2%.

Gráfico 3 – Renda Individual dos Entrevistados no Conjunto Palmeiras

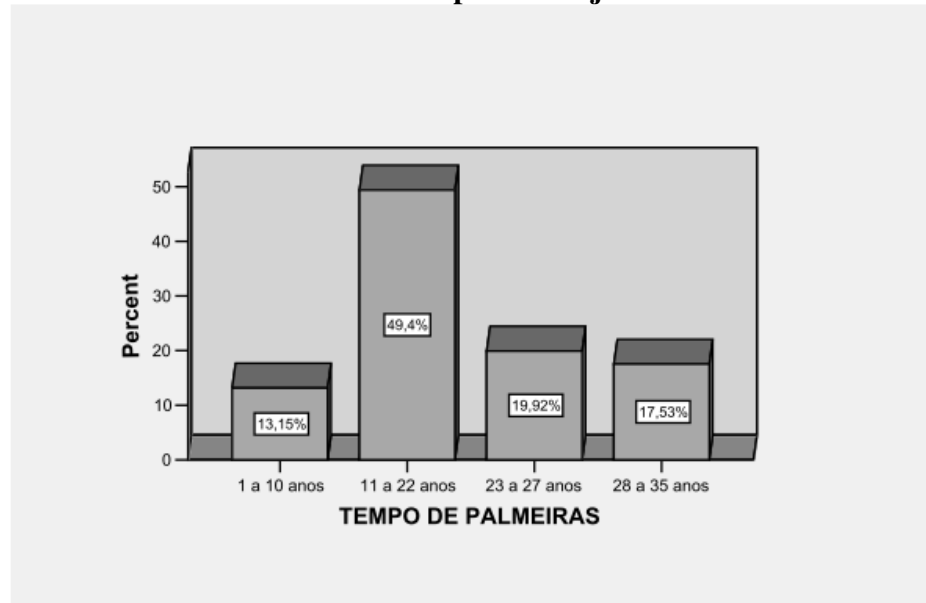


Fonte: Silveira Junior 2008

O dado final que se apresenta no perfil do público alvo do questionário trás uma informação muito respeitável para a confiabilidade da pesquisa de modo geral e do survey na perseguição para responder as perguntas de partida: o tempo médio de residência no Conjunto Palmeiras é de 20 anos. Segundo se apresenta no gráfico logo abaixo, uma parcela muito

expressiva da população investigada (86,9%) tem mais de 11 anos morando no bairro. Isso significa que essas pessoas têm mais anos morando no Conjunto Palmeiras do que o Banco Palmas tem de existência, por isto, entende-se que eles têm plena capacidade de expor suas ideias quanto à importância do Banco Palmas no desenvolvimento do territorial, destacando os seus impactos e a imagem que possuem do Banco.

Gráfico 4 – Tempo de Conjunto Palmeiras

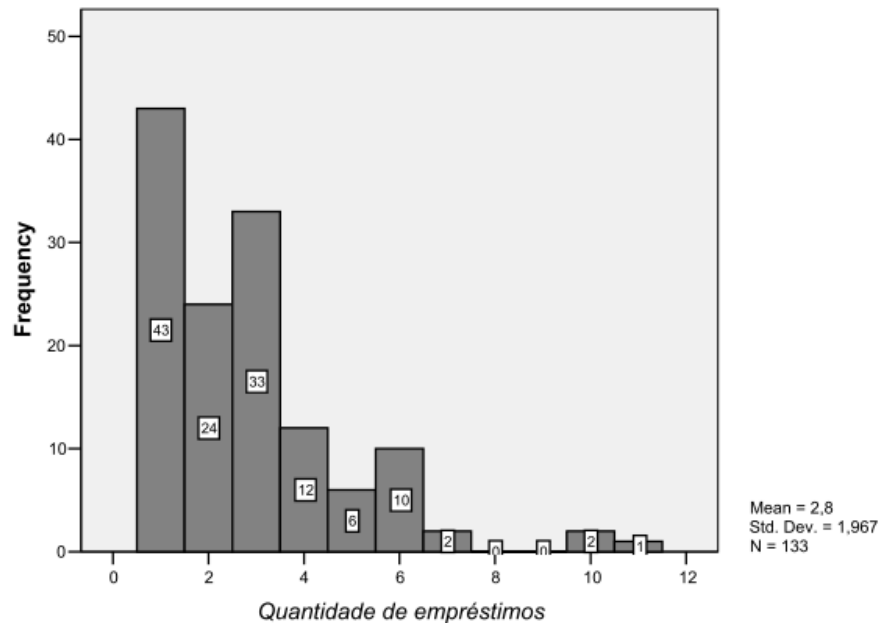


Fonte: Silveira Junior 2008

Parte da pesquisa inquiria o público alvo (tomadores de crédito, usuários da moeda social, empreendimento que aceita moeda social, usuários do correspondente bancário) a respeito de já terem procurado empréstimo junto ao Banco Palmas. A mostra revelou que 53% dos entrevistados já tomaram empréstimo no Banco Palmas e 48,6% dos seus familiares também já haviam recorrido a empréstimos.

A frequência de entrevistados que recorreram ao serviço de empréstimo do banco é de três empréstimos por pessoa, conforme gráfico abaixo. Existem casos de moradores que solicitaram até onze empréstimos e 1/3 dos entrevistados tomou empréstimo pela primeira vez.

Gráfico 5 – Frequência que recorre a empréstimo no Banco Palmas



Fonte: Silva Junior 2008

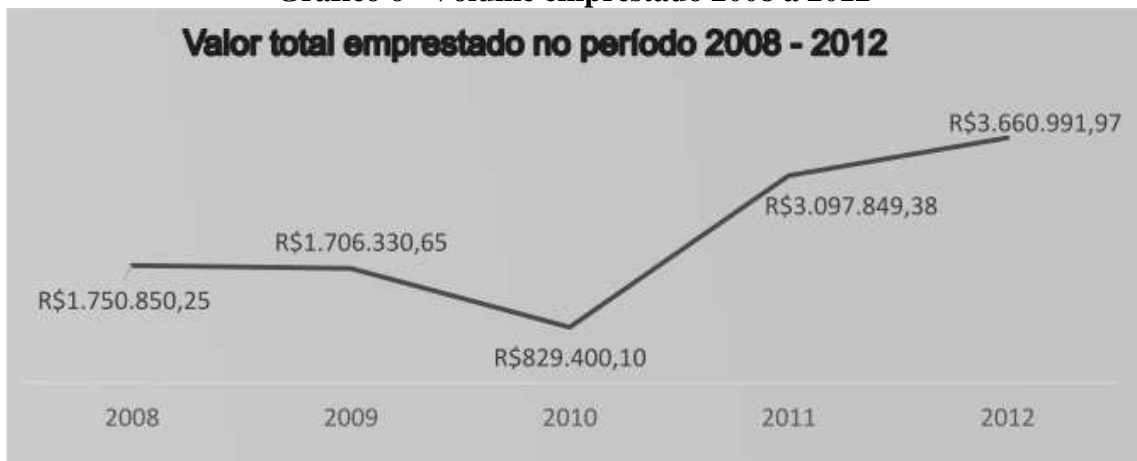
Silveira Junior (2008, pág. 44) relata que, no ano de 2004, havia um crescimento aproximado de 2% ao ano de pessoas que recorriam aos empréstimos, este percentual pouco representativo subiu para 15% em 2005, 24% em 2006 e 41% em 2007. Em junho de 2005, havia R\$ 30 mil para a carteira de crédito, no mês seguinte esse valor foi elevado para R\$ 50 mil, em de março de 2006 alcançou o montante de R\$ 120 mil e no fim de maio de 2007 a carteira foi ampliada para R\$ 270 mil. Temos abaixo a tabela 1 com evolução do crédito ocorrida entre os anos de 2008 a 2012.

Tabela 1– Evolução do Crédito Banco Palmas 2008 a 2012

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO					
DADOS DO CRÉDITO	2008	2009	2010	2011	2012
<i>Valor total emprestado no período</i>	R\$ 1.750.850,25	R\$ 1.706.330,65	R\$ 829.400,10	R\$ 3.097.849,38	R\$ 3.660.991,97
<i>Quantidade de créditos concedidos</i>	1432	1265	1122	5804	4479
<i>Valor médio das operações realizadas no período</i>	R\$ 1.222,66	R\$ 1.348,90	R\$ 739,21	R\$ 533,74	R\$ 817,37

Fonte: Banco Palmas 2012

Gráfico 6– Volume emprestado 2008 a 2012

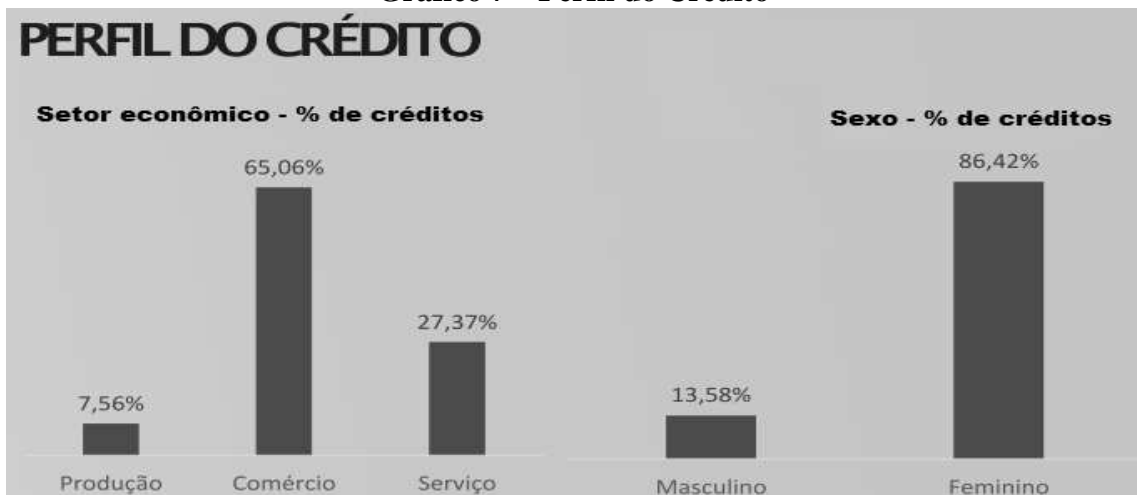


Fonte: Banco Palmas 2012

A elevação da procura, segundo Silveira Junior, permite concluir, a partir da coleta de dados no levantamento documental da pesquisa realizada no Banco Palmas que o aumento da quantidade de novos empréstimos está diretamente relacionado com a ampliação/disponibilidade da carteira de crédito do Banco.

Quanto à destinação do crédito vemos abaixo que apenas 7,56% é distribuída para a produção, a maior parte, 65,06%, fica para o comércio e 27,37% é direcionada aos serviços.

Gráfico 7 – Perfil do Crédito



Fonte: Banco Palmas 2012

A análise do gráfico de sexo demonstra de maneira clara que grande parte do Microcrédito, 86,42%, foi conseguido pelas mulheres. Embora ele fique disponível para todos, esse dado revela um ponto de convergência que tem acontecido nos bancos comunitários, ou seja, quando o crédito é oferecido às mulheres o ganho na melhoria das condições de vida e redução da pobreza e desigualdades tende a servir melhor a seu propósito,

portanto, o gráfico corrobora com os pensamentos de Yunnus (2006 . Pag. 117) a respeito “dos leques de prioridade de homens e mulheres quando conseguem algum dinheiro. Pois quando utilizado por uma mulher em sua família esse beneficia mais o conjunto dos membros do que quando é utilizado por um homem”. Ademais essa predominância é justificável devido ao fato de existirem diversos programas no Banco Palmas que estimulam a capacitação para o público feminino desenvolver atividades de fomento. Para Silveira Junior (2008), fica evidente a participação das mulheres no trabalho de modificação das ações sociais da comunidade, tendo em vista serem elas que atuam na melhoria das condições financeiras e de saúde, trabalhando como fonte principal de renda ou auxílio na formação de renda familiar³¹.

A pesquisa questionou se os pesquisados já utilizaram empréstimos no Banco, 53% dos respondentes disseram que sim, então foi perguntado quais a vantagens e desvantagens de se obter um empréstimo no Banco Palmas. As principais vantagens seriam a possibilidade de conseguir recursos a juros mais baixos (43,93%), o atendimento rápido e sem burocracia (27,27%) e a não exigência de garantias (15,90%), conforme quadro quatro.

Quadro 4 – Vantagens do empréstimo feito no Banco Palmas

Vantagens	%
Juros baixos	43,93%
Atendimento rápido e sem burocracia	27,27%
Não exige garantias	15,90%
Sem consulta ao SPC e Serasa	9,09%
Créditos concedidos em valores maiores	0,75%
Não responderam	1,51%
Outros	1,51%

Fonte: Silva Junior 2008

As desvantagens apontadas na pesquisa como principais foram o baixo valor disponibilizado nos empréstimos (39,53%) e a falta de prazo de carência para pagamento (17,82%), segundo quadro cinco.

Quadro 5 – Desvantagens do empréstimo feito no Banco Palmas

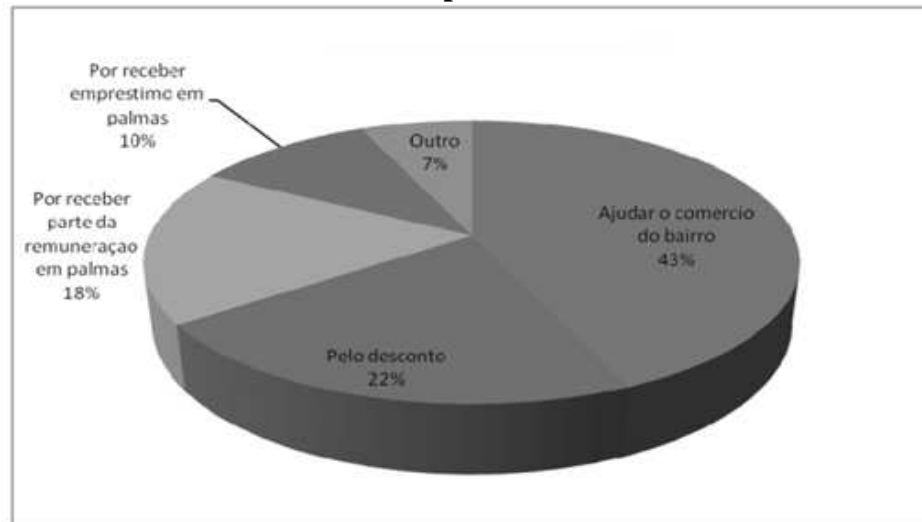
Desvantagens	%
Valor do empréstimo muito baixo	39,53%
Falta de carência	17,82%
Demora na liberação	7,75%
Juros altos	6,97%
Atendimento demorado e com muita burocracia	2,32%
Outros	25,58%

Fonte: Silva Junior 2008

³¹ Pesquisa estatística de sexo do Censo Demográfico divulgada, em 31/10/2014, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstra que as mulheres eram as principais responsáveis por 37,3% dos lares brasileiros em 2010.

Com Relação à moeda social Palmas, 94% dos entrevistados afirmaram que ela contribui para o desenvolvimento do Conjunto Palmeiras, todavia, quando perguntados se usam ou já usaram a moeda, este valor cai para 58%. Os entrevistados relatam que o motivo maior que os levou a utilizar a moeda social é que ela contribui no desenvolvimento do comércio do bairro (43%), quase o dobro daqueles que enfatizaram que utilizam a moeda, pois têm desconto maior utilizando a moeda Palmas (22%), conforme gráfico oito. A conclusão tirada deste apontamento reflete, em boa medida, no aumento do capital social quando estes moradores têm em mente a manutenção dos benefícios para a comunidade tendo a moeda social como fator agregador, uma vez que ela fortifica a proximidade entre as pessoas ao estabelecer vínculos baseados na confiança e reciprocidade.

Gráfico 8 – Razão para utilizar a Moeda Palmas



Fonte: Silva Junior 2008

A pesquisa de Silva Junior não apresenta perguntas específicas para o Microcrédito, entretanto, existem alguns questionamentos junto aos moradores no seu trabalho sobre a Avaliação de Impacto e Imagens do Banco Palmas que está de maneira imbricada com o Microcrédito. Os pesquisados residem em média no Conjunto há mais de 20 anos e quando perguntados se o Banco tem ajudado no desenvolvimento do Palmeiras, 98,02% dos pesquisados responderam que sim, conforme quadro abaixo.

Quadro 6 – O Banco tem ajudado no desenvolvimento do Conjunto Palmeiras?

Resposta	%
Sim	98,02%
Não sabe	1,98%

Fonte: Silva Junior 2008

Por fim, a última pergunta questionou se o Banco Palmas contribuiu para a melhoria de sua qualidade de vida conforme quadro sete abaixo.

Quadro 7 – Como a qualidade de vida melhorou?

Impactos positivos relatados	%
Aumentei a minha renda	25,25%
Conheci outras pessoas	23,23%
Consegui trabalho	20,20%
Trouxe outros projetos	12,12%
Fiquei mais conhecido	11,11%
Fiquei mais interessado pelos Estudos	5,05%
Ajudou o Bairro a crescer	1,01%

Fonte: Silva Junior 2008

A pesquisa revelou que 90% dos entrevistados responderam afirmativamente e ao serem questionados como melhorou, 25,25% afirmaram terem conquistado uma renda melhor, já 20,20% responderam terem conseguido um trabalho.

Considerações Finais

As últimas décadas foram marcadas por transformações no mundo do trabalho e nos processos produtivos. Os trabalhadores que não estão no mercado de trabalho buscam alternativas para superar o desemprego. As teorias do Microcrédito, nos dias atuais, têm citado com frequência esta modalidade de empréstimo como uma ferramenta importante no combate à pobreza. Segundo os defensores do modelo, quando o crédito é concedido e a oferta dos demais serviços é acompanhada por ações complementares de formação, capacitação e sensibilização, a percepção é de que a inclusão monetária pode ajudar na inclusão social, principalmente quando existem elementos de proximidade e confiança que tendem a qualificar e potencializar a inclusão e o capital social.

A economia solidária se fundamenta no esteio da cooperação, da autogestão, da confiança e na igualdade da relação de produção e consumo. Existe uma incansável busca na melhoria da condição de vida dos indivíduos através da organização coletiva que viabiliza o seu empoderamento, bem como contribui para a distribuição da riqueza local.

Estudos realizados pelo Núcleo de Economia Solidária da USP (NESOL) e o Laboratório Interdisciplinar de Estudos em Gestão Social (LIEGS) da UFC (Universidade Federal do Ceará/Campus do Cariri)³² mostram que os efeitos na comunidade do Conjunto Palmeiras são excelentes quando se leva em consideração o foco na valorização humana, em contraposição a lógica do mercado. Quando se trabalha a autoestima e a melhoria das condições básicas da dignidade humana as oportunidades de desenvolver talentos e dons dos moradores são ampliadas, em contrapartida, a ausência de condições financeira tende a suprimir as capacidades destes indivíduos. Portanto, quando este grupo de pessoas passa a ter consciência da importância do seu papel na comunidade, eles passam naturalmente a ser protagonistas nas ações que produzem melhorias em seus bairros e comunidades locais permitindo que um novo sentido possa ser dado a suas vidas.

Um aspecto relevante observado nas comunidades de Microcrédito e no Conjunto Palmeiras tem permitido estabelecer certo grau de autonomia para seus associados, a citar a moeda social (circulante local), pois ao utilizar esta ferramenta promove-se uma rede de envolvimento dos produtores, comerciantes, consumidores, prestadores de serviços e

³²Banco Palmas 15 anos (NESOL) e Avaliação de Impactos e Imagens – 10 anos (LIEGS)

população em geral. Estes fatores juntos, em tese, influenciam na realidade do conjunto e contribuem para o crescimento interpessoal dos envolvidos.

A autonomia também coopera, em certa medida, para a diminuição da dependência de políticas assistencialistas públicas ou privadas que passam a ser consideradas como parceiros nas ações do bairro. Estes parceiros (ONGS, iniciativa privada e poder público) podem apoiar e construir de forma consciente e estratégica oportunidades a partir da percepção que os moradores têm deles próprios. Segundo Colodeti (2011), os pobres possuem uma vasta experiência no enfrentamento das condições adversas de sobrevivência, o que pode lhes auxiliar no desenvolvimento de estratégias e procedimentos para superar tal situação miserável.

Existe muita desconfiança a cerca do poder de eficácia dos pequenos empréstimos em contribuir para a redução da pobreza.

Yunnus (2008, pág. 41) relata “que ouviu de muitas pessoas críticas de que a renda gerada pelos empréstimos minúsculos, que concediam em média 150 dólares, não seria suficiente para provocar a evolução da situação de uma família; que a pobreza estava muito enraizada para que esses empréstimos tivessem algum resultado. A esses críticos eu respondo com os dados a que chegaram os estudos independentes. “Assim, em dez anos, metade das pessoas transpuseram o limite da pobreza e outro quarto está perto de fazê-lo”.

Apesar das declarações de Yunnus, ainda é difícil mensurar o impacto do Microcrédito em níveis globais, entretanto, os dados apresentados neste trabalho revelam que o Microcrédito ofertado pelo Banco Palmas têm tido, em média, nos últimos anos um crescimento bem relevante em relação ao número de pessoas atendidas no Conjunto Palmeiras. Alguns estudos feitos no Conjunto têm demonstrado que o Banco Palmas e o Microcrédito provocam mudanças além do plano econômico-financeiro, eles causam impacto social com benefícios decorrentes do acesso ao programa de concessão de Microcrédito, pois contribuem no resgate da cidadania e na inclusão de patamares mais elevados na educação.

Não obstante as declarações de Yunnus, a abrangência do Microcrédito é ainda pouco significativa em nível nacional e acredito que iniciativas como o caso do Banco Palmas são louváveis e devem ser estudadas mais profundamente. Mesmo que a promessa de redução da pobreza tenha um grau de contundência pequeno em níveis macro, o Microcrédito precisa ser abraçado pela iniciativa pública, principalmente no nordeste onde a população tem vivido em condições de pobreza lastimáveis. A falta de acesso a recursos básicos, como saúde e educação pode ser dirimida se as condições de vida destas pessoas forem mudadas.

Existem muitas variáveis que podem ser utilizadas para melhorarmos a vida das pessoas, estas variáveis podem vir por meio de programas sociais ou incentivos locais. O modelo de Microcrédito não é perfeito e muito menos ideal, contudo, se houver coesão entre governo e comunidade, as políticas públicas, se bem direcionadas, podem, por exemplo, criar logística e fomentar os Bancos Comunitários para alavancar as iniciativas de finanças solidárias nas comunidades carentes atendidas pelos programas de concessão de Microcrédito, com isto pode haver um fortalecimento de um modelo de desenvolvimento local sustentável que capacite e empodere seus participantes.

Referências Bibliográficas

ALVES, Sérgio D da Silva. SOARES, Mardem Marques. **Democratização do crédito no Brasil atuação do Banco Central**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004, 55p.

ARAUJO, F. S. **Políticas de Microcréditos e Iniciativas de Desenvolvimento Social: Banco Capivari**. 2012. 119 f. Monografia apresentada a Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do grau de bacharel em engenharia de produção. Acesso em: 01/03/2015. Disponível em:
<<http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10004736.pdf>>.

ARAUJO, Silvio Cesar Dias de. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento e Moedas Sociais Como uma Nova Forma de Relação Financeira**. 2010. 61 f. Monografia apresentada a Universidade Federal da Bahia para obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas. Acesso 05/04/2015. Disponível em:
<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/9879/1/SILVIO%20CESAR%20DIAS%20DE%20ARAUJO.pdf>>.

BORINELLI, Benilson. SANTOS, Luis Miguel Luzio. PITAGUIRI, Sinival Osório. **Economia solidária em Londrina aspectos conceituais e experiência institucional**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2010. 224p.

BARONE, Francisco Marcelo, et al. **Introdução ao Microcrédito**. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002. 65p.

CALDAS, Eduardo de Lima. **Encontro Nacional dos Programas de Pós Graduação em Administração**. Artigo publicado no XXIII ENANPAD. ANPAD. 1999. Anais. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/1149/1149.pdf>>. Acesso em 21/12/2014

CARNEIRO, Murilo. **Técnicas e procedimentos para a auto-suficiência econômica de organizações não-governamentais: um estudo de caso com organizações de Microcrédito brasileiras**. Ribeirão Preto. 2007. 135 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - FEARP – USP, 2007. Acesso em 15/02/2015. Disponível em <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/96/96132/tde-17042008-102650/pt-br.php>>

CATTANI, Antônio David, et al. **Dicionário internacional da outra economia**. Brasília. Almedina Brasil Ltda Editora, 2009, 343p.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2002, 90p.

CINTRA, Henryqueta Mayara Matias Leite. **Empreendedor individual: análise do processo de concessão de crédito no Banco Palmas**. Fortaleza, 2012. 96 f. Monografia apresentada a Faculdade Sete de Setembro para obtenção do grau de bacharel em Administração. Acesso em: 10/02/2015.

COLODETI, Vicente de Paulo. **Microcrédito, informalidade e combate à pobreza**. Artigo. Temporalis, Brasília, ano 12, n. 24, p. 385-406, 2011. Acesso em: 21/02/2015. <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/3119>>.

COSTA, Tonny Robert Martins. **A sustentabilidade no Conjunto Palmeiras Fortaleza CE: como manter ou reter a riqueza no local de sua geração**. São Paulo, 2013. 263 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PUC São Paulo. Acesso em 06/02/2015. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=15937>

FAUSTINO, Andrea Viana. **O Crédito Popular sob a ótica das Microfinanças, Finanças Solidárias e Finanças Tradicionais: o caso do Banco Comunitário de Desenvolvimento Palmas de Fortaleza**. Florianópolis, 2007. 105 f. Monografia apresentada a Universidade De Santa Catarina para obtenção do grau de bacharel em Economia. Acesso em 01/03/2015. Disponível em: <<http://tcc.bu.ufsc.br/Economia293505>>

FELTRIM, Luiz Edson Feltrim, et.al. **Perspectivas e Desafios para Inclusão Financeira no Brasil: visão de diferentes atores**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2009. 254 p. Acesso em 26/03/2015. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/Nor/Deorf/projincfin/livro_inclusao_financeira_internet.pdf>

FINK, Carina. **Sustentabilidade financeira de entidade sem fins lucrativos, voltada à proteção de animais abandonados.** Novo Hamburgo, 2011. 91 f. Monografia apresentada a Universidade Feevale para obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis. Acesso em:

FONTES, Ângela M. Mesquita, et al. **A expansão das microfinanças no Brasil.** Rio de Janeiro: IBAM/Fundação Ford, 2003. 204 p.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. 154p.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. **Teoria e Prática em Economia Solidária: Problemática, Desafios e Vocação.** Civitas - Revista de Ciências Sociais, v. 7, n. 1, jan-jun.2007. Acesso em 20/04/2015. Acesso em 10/03/2015. Disponível em:
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/2041/6910>>

_____._____. **Banco Palmas 15 anos: resistindo e inovando.** Núcleo de Economia Solidária – NESOL-USP e Instituto Palmas – São Paulo: A9 Editora, 2013, 181p.

JUNIOR, Rudinei Toneto. GREMAUD, Amaury Patrick. **Microcrédito e o Financiamento Rural: Recomendações de Desenho e Gestão a Partir da Experiência Mundial.** Planejamento e políticas públicas. ppp n. 25. P.89-104. jun./dez. 2002. Acesso em 15/02/2015. Disponível em:
<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E2995A535C0/microcredito_financiamento_rural.pdf>

LIMA, Jorge Luiz. C. **Banco Palmas e Políticas Públicas no Conjunto Palmeiras: Um estudo Sobre o Desenvolvimento humano e sustentável e o Trabalho Solidário.** Fortaleza (1998-2002). 2003. 114 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, 2003. Acesso em 15/02/2015. Disponível em:
<[http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/jorge_luiz_cunha_lima\[1\].pdf](http://www.uece.br/politicasuece/dmdocuments/jorge_luiz_cunha_lima[1].pdf)>.

MELO, João Joaquim de. **Banco Palmas. Uma prática de socioeconomia solidária.** Programa de Gestão Urbana – UN/HABITAT. Quito, Equador. Maio, 2003. 39f. (Caderno de Trabalho Nº 116). Acesso em 01/03/2015. Disponível em:

<http://www.tau.org.ar/upload/89f0c2b656ca02ff45ef61a4f2e5bf24/melo_palmas.pdf>

_____. **Banco Palmas. 100 perguntas mais frequentes.** Instituto Palmas: Fortaleza. 2008. 40 f.

_____. MAGALHAES, Sandra. **Bairros Pobres Ricas Soluções: Baco Palmas Ponto a Ponto.** 1ª Ed. Fortaleza: Expressão Gráfica editora. 2008. 118p.

_____._____. **Bancos Comunitários.** Artigo publicado no Boletim Mercado de Trabalho Conjuntura e Análise, nº 41, Novembro 2009. p59-64. IPEA. Acesso em 04/01/2015. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/BMT_completo.pdf>

MONZONI NETO, Mario Prestes. **Impacto em renda do Microcrédito: uma investigação empírica sobre geração de renda do Crédito Popular Solidário (São Paulo Confia), no Município de São Paulo.** São Paulo, 2006. 195f. Tese (Doutorado em Administração) – Fundação Getúlio Vargas, 2006. Acesso em 03/02/2015. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/2499>>

NERI, Marcelo. **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, 376p.

PASSOS, Ósia Alexandrina Vasconcelos Duran. **Estudo Exploratório em Bancos Comunitários: Conceitos, Caraterísticas e Sustentabilidade.** Salvador. 2007. 140 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, 2007. Acesso em 10/01/2015. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/8230/1/11.pdf>>

PAULA, Carolina Gabriel de. **Bancos Comunitários, Organizações de Solidariedade?.** Artigo publicado no Encontro Nacionais da ANPUR. 2013. Anais. Acesso em 21/12/2014. Disponível em:

<<http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4276/4146>>

RIBEIRO, Kleber Ávila. RODRIGUES, Anne Karinne G de Barros. REIS, Mona Mirelle Castro. **A Importância do Microcrédito para o desenvolvimento econômico e Social: O Caso Do Crediamigo no município De Juazeiro-BA.** Artigo. 2011. Acesso 03/01/2015.

Disponível em:

<http://www.brasilcooperativo.coop.br/downloads/Gecom/II_EBPC_Avila_Ribeiro.pdf>

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia.** 1ª ed. São Paulo: Best Seller Editora, 1999. 652p.

SANTOS, Débora. DALMORO, Jeferson. **Revista SEBRAE**, Junho, 2005.

SANTOS, Lucas Maia dos. FERREIRA, Marco Aurélio Marques. **Condicionantes do custo do Microcrédito no estado de minas Gerais: aspectos transacionais e comportamentais dos agentes.** Artigo Portal Periódico USCS – Universidade Municipal de São Caetano do Sul. SP. Acesso em 21/02/2015. Disponível em:

<http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/view/152>

SILVA Jr. Jeová Torres. Relatório Final, **Banco Palmas 15 anos (NESOL) e Avaliação de Impactos e Imagens – 10 anos (LIEGS).** Juazeiro, Ceará, 2008. 75 f. Universidade Federal do Ceará. Acesso em 17/02/2015. Disponível em:

<<http://www.institutobancopalmas.org/artigos-e-pesquisas-academicos>>

SINGER, Paul. **Um novo projeto para o Brasil.** Artigo. Scielo. Estudos Avançados. v15. N43. São Paulo, 2001. Acesso em 06/02/2015. Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300026>>

_____. **Entrevista concedida por Paul Singer em 23/10/2004.** Scielo. Estudos Avançados. v22 (62),2008. Acesso em 06/02/2015. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a20v2262.pdf>>

SOUZA, Thalyta Taumaturgo de. **A economia solidária como meio para o desenvolvimento sustentável-caso do Banco Palmas.** Porto, Portugal, 2011. 67 f. Dissertação (Mestrado em Economia e Gestão do ambiente) – Universidade do Porto. 2011. Acesso em 07/01/2015. Disponível em:

<<http://www.institutobancopalmas.org/artigos-e-pesquisas-academicos>>

PARENTE, Silvana. **Microfinanças: saiba o que é um banco do povo**. Brasília: AED (Agencia de Educação para o Desenvolvimento) Editora, 2002. 192 p.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações não-governamentais e terceiro setor**. São Paulo: Atlas editora, 2003.

YUNUS, Muhammad. **O Banqueiro dos pobres: A revolução do Microcrédito que ajudou os pobres de dezenas de países**. 1^a. ed. São Paulo: Editora Ática, 2006, 343 p.